



Relatório e Contas
2017/2018





Empresa de Investigação e Desenvolvimento de Electrónica, S.A.

Rua Quinta dos Medronheiros, Lazarim,
2820-486 Charneca da Caparica
Número único de matrícula 501 400 699
Capital social realizado €1.100.000

No cumprimento das disposições legais e regulamentares, o Conselho de Administração da EID – Empresa de Investigação e Desenvolvimento de Electrónica, S.A. apresenta o seu Relatório de Gestão e as Contas referentes ao exercício de 2017/2018.

O último Relatório e Contas da EID, S.A. abarcou o período que decorreu de Janeiro de 2016 a Abril de 2017. Como então se explicou, pretendeu-se desse modo sincronizar o ano fiscal de todas as empresas do grupo Cohort plc, que tem início em Maio e termina em Abril do ano seguinte.

Em conformidade, o presente relatório diz respeito ao ano fiscal que teve início em Maio de 2017 e terminou em Abril de 2018, tendo portanto uma duração de 12 meses.

Este é portanto o primeiro relatório elaborado com base no ano fiscal estatutariamente estabelecido.

Dado que o relatório de 2016/2017 contemplou um período de 16 meses perde-se inevitavelmente a capacidade de análise comparativa e evolutiva dos diversos indicadores e rácios económico-financeiros.

Assim, abster-nos-emos, salvo quando possa fazer sentido, de levar a cabo esse tipo de análise no presente relatório.

Em tudo o que se segue, os termos “exercício”, “ano” e similares referem-se ao período que decorreu entre Maio de 2017 e Abril de 2018.

Destaques	3
Mensagem do Presidente do Conselho de Administração	4
Linhas de Produtos e Competências	5
Análise Económico-Financeira	7
A actividade da empresa	9
Proposta de Aplicação de Resultados	14
Declarações Legais	14
Considerações Finais	15
Documentos Financeiros	16
Anexo às Demonstrações Financeiras	25
Relatório e Parecer do Fiscal Único	
Certificação Legal de Contas	



Visite o site www.eid.pt para acompanhar todas as notícias da empresa



* Período de 16 meses de Janeiro de 2016 a Abril de 2017

- As vendas no exercício ascenderam a **€21,6** milhões
- Os mercados externos representaram **60%** do volume de negócios
- A captação de novas encomendas cifrou-se em **€9,5** milhões, dos quais **40%** se referem ao mercado externo
- Em Abril de 2018 o valor de rendimentos futuros associados às encomendas em carteira era de **€21,4** milhões
- Os Resultados antes de Depreciação, Gastos de Financiamento e Impostos (EBITDA) foram francamente positivos, ascendendo a **€5** milhões, valor este que é ligeiramente superior a 20% do volume de negócios
- Os resultados líquidos foram de **€3,6** milhões, o que representa um lucro por acção de **€16,4**
- As disponibilidades de caixa a 30 de Abril de 2018 eram de **€9,6** milhões





Uma vez mais, a EID teve um ano de sucesso, com vendas de €21,6m e um EBITDA de €5m. A captação de encomendas ficou contudo aquém do esperado, em consequência de atrasos na concretização de alguns contratos. Vislumbram-se no entanto excelentes oportunidades nos próximos meses. Com uma carteira de encomendas de mais de €21 milhões no final do ano, entramos com confiança e entusiasmo no novo ano fiscal.

A EID continua a investir no desenvolvimento dos seus produtos. O seu sistema de comando e controlo das comunicações em navios de guerra, ICCS, está já na sua sexta geração de sucesso, e no próximo ano a EID concluirá o desenvolvimento da sua nova geração de sistemas de intercomunicação para veículos militares, que igualarão ou excederão o desempenho dos sistemas da concorrência, a nível mundial.

A EID é um participante activo nas actividades transversais ao grupo Cohort. Alguns engenheiros da EID, de elevado potencial, participaram no Programa de Desenvolvimento de Liderança do grupo. Foi também lançado um projecto conjunto com a empresa SEA, também do grupo Cohort, para desenvolver tecnologia de comunicações para o programa das Fragatas Type 31 da Marinha Britânica. António Marcos Lopes e eu próprio visitámos o Chile em 2017, juntamente com Steve Hill da SEA, para demonstrar aos seus potenciais clientes nesse país as capacidades e tecnologias que, globalmente, o grupo Cohort oferece.

O ano viu novas mudanças no corpo accionista da EID. Após a aprovação formal pela Autoridade da Concorrência, o Governo Português vendeu parte da sua participação na EID, detida pela EMPORDEF e IAPMEI, ao accionista maioritário, a Cohort plc., que assim passou a deter 80% do capital da EID. Em consequência a participação do Estado Português na empresa passou a ser de 20%. Os Estatutos da EID foram alterados, tendo também sido assinado um Acordo de Accionistas, definindo os princípios de uma colaboração entre as partes, que se espera frutífera. O accionista Estado continua a ser representado no Conselho de Administração da EID.

A EID celebrou este ano o seu trigésimo quinto aniversário. Trinta e cinco anos é muito tempo num mundo tão dinâmico e de rápida evolução como é o da electrónica e do software. Nesse contexto, a longevidade da EID é uma prova do grande conhecimento técnico, da capacidade de desenvolver negócios e da tenacidade dos seus fundadores, alguns dos quais permanecem na empresa aos dias de hoje.

Dois destes indivíduos, António Marcos Lopes e Manuel Matos Luis, foram agraciados este ano com a Medalha Militar da Cruz Naval de Primeira Classe, pelo contributo que deram à Marinha Portuguesa ao serviço de EID.

O sucesso que alcançámos este ano foi o resultado das competências,

profissionalismo e trabalho árduo da gestão da empresa e de toda a equipa da EID. Em nome dos accionistas, gostaria de aproveitar esta oportunidade para lhes agradecer o bom trabalho e o esforço que dedicaram à empresa.

Andrew Stephen Thomis
Presidente do Conselho de Administração

A EID desenvolveu, desde a sua fundação, um vasto leque de produtos e sistemas, inovadores e tecnologicamente evoluídos, que tem vindo a comercializar em todo o mundo. Destacam-se, entre outros:

Rádios pessoais

Os rádios da família TWH-100 constituem uma componente fundamental do sistema de comunicações do soldado. Para além da ligação em conferência entre os utilizadores, estes equipamentos proporcionam comunicações de dados, extensão do alcance por mecanismo 'store and forward' e informação sobre o posicionamento GPS e alarmes dos rádios presentes na rede.



Sistemas de intercomunicação para viaturas militares

Estes sistemas permitem dotar a tripulação das viaturas - desde veículos de transporte de pessoal a carros de combate - com capacidades de intercomunicação entre eles e com o exterior, através dos rádios aí instalados. Estão disponíveis dois modelos, um com elevado grau de sofisticação e complexidade, e um outro, mais simples e competitivo, para um segmento de mercado menos exigente, mas que mantém contudo as funções de comunicação de voz e dados e cancelamento de ruído. Estes sistemas equipam já mais de 2.700 viaturas de forças armadas de vários continentes.



Equipamento de comunicações de campanha

Neste capítulo cabem as centrais telefónicas de campanha CD-116 e os telefones BLC-201. Trata-se de equipamento de comutação de voz e dados, proporcionando interfaces para a rede pública, equipamento de rádio e de micro-ondas, redes e telefones IP, tendo já sido fornecidas mais de 600 centrais e 11.000 telefones.



Sistemas integrados de comando e controlo de comunicações

Os sistemas integrados de controlo de comunicações para navios de guerra - SICC - foram já instalados em mais de 140 navios de 12 marinhas diferentes. A mais recente versão destes sistemas (a sexta), baseada em tecnologia IP, está já operacional a bordo de fragatas da Marinha Holandesa e Belga e também nos navios patrulha da classe Tejo da Marinha Portuguesa.



Mensagens militares

A experiência da EID em sistemas de mensagens militares remonta à década de 80 do século passado, quando forneceu o primeiro sistema à Marinha Portuguesa. Entretanto, desenvolveu e forneceu uma grande quantidade e diversidade de soluções a forças armadas de vários países. A geração mais recente, o MMHS (Military Message Handling System), cumpre o standard NATO 4406, e destina-se a aplicações tanto tácticas como estratégicas.



Engenharia de sistemas

A experiência de integração de sistemas complexos, quer terrestres, quer embarcados, é uma especialidade da EID. Esta capacidade requer o domínio de uma grande variedade de disciplinas da engenharia, desde o planeamento de redes de comunicações, definição de campos de antenas, interferência e compatibilidade electromagnéticas, desenho mecânico, protecção dos equipamentos contra ambientes agressivos e muitas outras.



CAD/CAM, teste e industrialização

As equipas de desenvolvimento contam com o apoio de outros departamentos da empresa: o gabinete de desenho assistido por computador (CAD/CAM); a engenharia de teste, que cria as ferramentas necessárias para testar exaustiva e eficientemente os diversos componentes dos produtos e ainda a engenharia industrial, que se encarrega de assegurar a transição da fase de protótipo à produção em série.



Produção

Tendo por base elevados padrões de qualidade e uma rápida implementação das soluções por si desenvolvidas, a EID tem a sua própria unidade de produção, equipada com uma moderna linha de montagem automática, sofisticados meios de teste e de inspecção, que foram recentemente objecto de modernização.



O valor dos contratos firmados no exercício foi de €9,5m, valor muito inferior ao habitual. O atraso na concretização de diversos negócios foi responsável por este montante bastante reduzido face aos anos anteriores. É contudo de notar que os negócios que se perspectivavam no exercício continuaram com grande probabilidade de ocorrência a muito curto prazo no próximo ano fiscal. As encomendas nacionais, com 60% do total, excederam as provenientes do mercado externo, pela primeira vez desde 2013.

O contributo de cada uma das áreas de negócio da empresa para o valor global foi o seguinte:

	k€
Comunicações navais	4.699
Comunicações tácticas	2.149
Comunicações de campanha	1.400
Sistemas e Apoio logístico	1.269
	9.517

No segmento das comunicações navais, as encomendas nacionais foram dominantes. Quanto às comunicações tácticas e de campanha foram os mercados da Austrália, Indonésia e Médio Oriente que tiveram maior expressão.

Destacam-se os seguintes contratos de fornecimento:

- Sistemas Integrados de Controlo de Comunicações (SICC) para 4 navios patrulha da classe Tejo, da Marinha Portuguesa;

- Sistema de Processamento de mensagens para um navio patrulha da Marinha do México;
- Equipamento de comunicações de campanha para a Austrália, Bangladesh e Bahrain;
- Sistemas de comunicação veicular para o Exército da Indonésia.

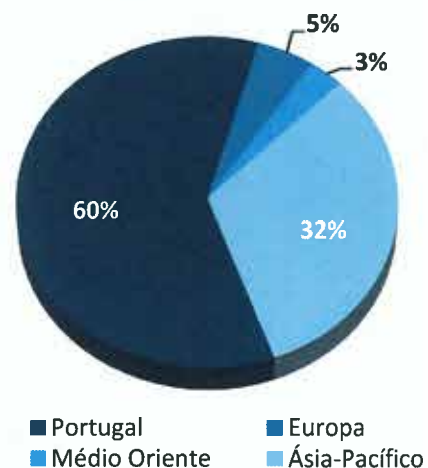
A carteira de encomendas a 30 de Abril de 2018 valia €21,4 milhões.

Pelo que ficou exposto, conclui-se que a posição da EID no mercado internacional, nas áreas da sua especialidade, se tem mantido. Por um lado, apostamos na fidelização dos clientes que têm vindo, ao longo dos anos, a adquirir os produtos da EID, e a quem procuramos prestar um serviço de qualidade e excelência. Por outro, continuamos a apostar e a investir fortemente na conquista de novos mercados, nos cinco continentes.

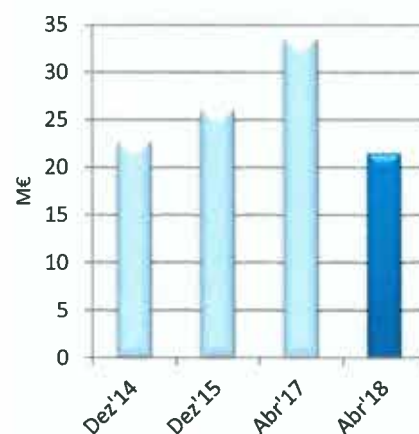
Aos dias de hoje a empresa está presente em mais de 30 países.

A captação de encomendas não excedeu o valor de €9,5m, pelas razões já expostas, e o volume de negócios cifrou-se em €21,6 milhões. Como já referido, este valor não é comparável com o do exercício anterior.

Encomendas por mercado



Evolução da carteira de encomendas



O valor das Vendas e Prestações de Serviços cifrou-se em €21,6m.

O sector de comunicações navais foi o que mais contribuiu para o volume de negócios global (€11,2m), seguido pelas comunicações tácticas (€4,5m) e pelos equipamentos de comunicações de campanha (€2,9 milhões). Os negócios de fornecimento de sistemas e de prestação de serviços de manutenção atingiram cerca de €3 milhões.

	k€
Comunicações navais	11.226
Comunicações tácticas	4.465
Comunicações de campanha	2.874
Sistemas e Apoio logístico	3.048
	21.613

As vendas no mercado externo representaram 60% do volume de negócios. Saliente-se o crescimento do mercado nacional para 40% das vendas. As exportações para o mercado europeu (20%) e da região Ásia-Pacífico (23%) foram as que se revestiram de maior importância.

Os Resultados antes de Depreciação, Gastos de Financiamento e Impostos (EBITDA) ascenderam a €5 milhões. A margem EBITDA é ligeiramente superior a 20% das vendas, valor bem acima da média apresentada pelas empresas do sector. Quanto aos Resultados antes de Impostos, ascenderam a €4,9 milhões. Já o Resultado Líquido foi de €3,6 milhões. O Valor Acrescentado Bruto foi de €10,8 milhões, o que representa cerca de 50% do valor das vendas no período.

Os fluxos de caixa das actividades operacionais foram positivos, no montante de €450 milhares.

É também de salientar que, desde 2008, a empresa não tem tido necessidade de recorrer a empréstimos bancários.

Concluindo, a situação financeira da EID em 30 de Abril de 2018, permanece francamente positiva. Como aspectos mais relevantes, salientamos o seguinte:

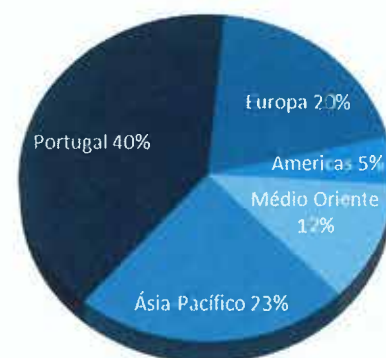
- a) o total do Activo é de €19,6 milhões;
- b) o Capital Próprio é de €12,1 milhões, o que traduz uma Autonomia Financeira de 62%;

- c) o Passivo no final do período ascendia a €7,5 milhões, tendo-se verificado uma redução de 20% em relação ao exercício anterior, sobretudo devido à rubrica de Acréscimos e Diferimentos;
- d) o Rácio de Solvabilidade situa-se em 1,6 e o Rácio de Endividamento diminuiu de 1,13 para 0,62;
- e) o Fundo de Maneio aumentou de €8 milhões para cerca de €12 milhões;
- f) o rácio de Liquidez geral subiu para 2,72 no final do exercício.

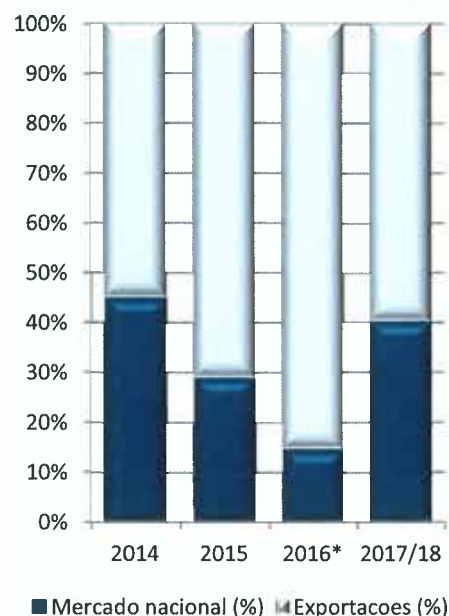
Verifica-se portanto uma melhoria generalizada dos indicadores, resultado de uma gestão criteriosa, apostada na diversificação geográfica de mercados e no permanente esforço de I&D com o objectivo de assegurar a sustentabilidade da empresa no médio e longo prazo.

As exportações representaram, no exercício, 60% do volume de negócios, consequência do crescimento do mercado nacional relativamente a anos anteriores.

Distribuição geográfica das vendas



Mercado nacional vs Exportações



* Período de Janeiro de 2016 a Abril de 2017



Comunicações Navais

As vendas da área de negócios de comunicações navais cifraram-se em €11,2 milhões, 63% dos quais se referem a exportações para a Europa, Brasil e países da região Ásia-Pacífico.

A captação de encomendas registou o valor de €5,4 milhões, sendo que neste caso predominaram as encomendas nacionais.

Dos novos contratos firmados no exercício destacam-se os relativos ao fornecimento de sistemas de comunicações para 4 navios patrulha da classe Tejo, para a Marinha Portuguesa e de um sistema de processamento de mensagens para um navio da Armada Mexicana. Sublinhe-se que se tratou do primeiro contrato de fornecimento para as forças armadas daquele país.

A actividade do período focou-se fundamentalmente na execução dos contratos em curso, sendo de salientar: a entrega do sistema destinado à *Woomera Test Range*, da Força Aérea australiana; a entrega do sistema de processamento de mensagens para a Marinha do México; a entrega do ICCS para primeiro de dois navios reabastecedores para a Marinha Real Australiana; o fornecimento do ICCS para uma corveta da Marinha Indonésia e a entrega do Sistema de Comunicações do primeiro navio da classe Tejo.

No campo do apoio logístico, a EID prestou regularmente serviços de apoio logístico às marinhas portuguesa, espanhola, holandesa, inglesa e australiana.

Finalmente, há que referir o desenvolvimento, em conjunto com a SEA (outra empresa do Grupo Cohort), de uma solução de comunicações que possa ser adoptada pela Marinha Inglesa, no âmbito do programa das fragatas T31.

Comunicações de campanha

O desenvolvimento do negócio das comunicações de campanha tem-se vindo a revelar consistentemente promissor. A EID conta com clientes desta linha de produtos numa diversidade de países, de que se destacam: Egípto, Bahrain, Emirados Árabes Unidos, Bangladesh, Malásia, Austrália e Arábia Saudita.

As vendas de sistemas de comunicações de campanha ascenderam, no exercício, a €2,9 milhões, sendo de relevar que se trataram de negócios concretizados integralmente no mercado externo.

As encomendas captadas no período totalizaram €1,4 milhões.

A EID entregou o ICCS para o primeiro de dois navios AOR (Auxiliary Oiler Replenishment) da Marinha Real Australiana .



Deu-se já início ao fornecimento dos sistemas de comunicações para os navios patrulha da classe Tejo.



O lançamento no mercado da central telefónica de campanha CD-116/IP, dotada de interfaces e capacidade IP, foi decisivo para o consolidar o mercado da EID no domínio dos sistemas de comunicações de campanha.



Comunicações Tácticas

Esta designação abarca:

- a) Sistemas de comunicações para veículos militares e postos de comando
- b) Comunicações de proximidade com recurso a rádios pessoais
- c) Comunicações via rádio de médio e longo alcance

O volume de negócios deste sector foi de €4,5 milhões, dos quais 64% foram realizados no mercado externo. Já a captação de novas encomendas rondou os 2 milhões de euros.

Da actividade do exercício sublinha-se o fornecimento de sistemas de intercomunicação para o Egipto e para a Indonésia. Foi ainda concluída a instalação desses sistemas nos carros de Combate Leopard do Exército.

De realçar também que o desenvolvimento da nova geração de sistemas de intercomunicação, designada por ICC-401, continuou a bom ritmo.

A actividade no âmbito do rádio pessoal TWH inclui fornecimentos para a Malásia e Força Aérea Portuguesa. O bom posicionamento do produto face aos programas 'soldado do futuro', em desenvolvimento um pouco por todo o mundo, contribuirá certamente para um incremento significativo das vendas desta linha de produtos.

Do ponto de vista do desenvolvimento de negócios, intensificaram-se os esforços conducentes não só à consolidação dos mercados actuais como ao alargamento a novas geografias, como sejam o Kuwait, Arábia Saudita e Bangladesh.

Sistemas e Apoio logístico

No âmbito da actividade de Integração de sistemas foram concluídos o fornecimento, a instalação e a colocação em serviço do sistema de comunicações em HF para controlo de tráfego aéreo. Este sistema está plenamente operacional na ilha de Santa Maria, nos Açores.

As actividades de apoio logístico incluíram os contratos de manutenção dos VTS costeiros, do sistema MMHS das Forças Armadas nacionais e dos sistemas de comunicações dos navios da Armada Portuguesa, bem como o fornecimento de sobresselentes.

O volume de negócios associado às actividades de fornecimento de sistemas e de suporte logístico ascendeu a €3 milhões.

Sistemas de informação e Segurança informática

A segurança da infraestrutura informática foi substancialmente melhorada, com a modernização de equipamentos, aplicações, sistemas operativos e a organização da informação.

Para melhorar o desempenho e a capacidade de recuperação de desastres foi feita a virtualização de todos os servidores aplicativos e a centralização dos servidores de armazenamento, sendo melhorada a sua redundância e capacidade de armazenamento. A centralização de toda a informação permitiu reduzir a complexidade de gestão, de *backup* e a recuperação de falhas. A disponibilidade da informação e dos sistemas poderá ser reposta em poucos minutos em caso de avaria.

A vulnerabilidade da infraestrutura foi reduzida com a substituição dos sistemas operativos que já não são objecto de actualizações de segurança, tendo também sido instalado um servidor para disponibilizar centralizadamente as actualizações de segurança e monitorizar o estado de actualização de todos os computadores.

Política Anti-Suborno e Anti-Corrupção

A EID adoptou a Política Anti-Suborno e Anti-Corrupção do Grupo Cohort, versão 4, publicada em Março de 2018.

Política de Privacidade

A EID preparou um conjunto de documentos e procedimentos internos, com vista ao cumprimento do Regulamento Geral de Protecção de Dados. Destaca-se a Política de Privacidade da empresa, que entrará em vigor no início do próximo ano fiscal.

A EID forneceu sistemas de intercomunicação para veículos do Exército do Egipto e da Indonésia.



A EID concluiu com sucesso o projecto do sistema de comunicações em HF para controlo de tráfego aéreo, instalado na ilha de Santa Maria, Açores.



A EID já começou a fornecer sistemas de comunicações PRC-525 para equipar os *shelters* do futuro sistema SIC-Táctico do Exército Português.



Qualidade

No âmbito da Qualidade a actividade centrou-se na continuação da preparação da transição do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) para os novos referenciais, com o objectivo de renovar, em 2018, as certificações segundo as normas ISO 9001:2015 e AQAP 2110 Ed. D. Nesse sentido foi simplificado o mapa de processos da EID, eliminando e absorvendo processos, e agrupando-os segundo a sua afinidade de contexto e foco em resultados comuns, de modo a facilitar a explicitação do pensamento baseado no risco; foi criado e começou a ser utilizado, sob a coordenação da Direcção da Qualidade e com a intervenção das áreas operacionais, um modelo para Análise do Contexto organizacional da EID, dos Riscos, definição e acompanhamento das Acções; foi realizada uma reestruturação e revisão geral do Manual da Qualidade, alinhando-o com os novos referenciais; com base na *gap analysis* previamente efectuada ao SGQ, foram introduzidas na documentação as alterações necessárias para operacionalizar o cumprimento dos novos referenciais.

Ainda em 2017, o SGQ foi objecto de auditorias externas realizadas pela APCER e pela DGRDN, para acompanhamento das certificações segundo as Normas ISO 9001 e AQAP 2110 respectivamente.

Os negócios foram apoiados nas matérias relacionadas com a Qualidade no âmbito da preparação de Propostas, na elaboração dos Planos da Qualidade, Planos de Gestão do Risco e Planos de Operações e Controlo, na realização de Auditorias da Configuração, de uma auditoria a um fornecedor estratégico e de Revisões de Projecto e na participação de formação para Cliente.

Foi dada colaboração no processo de acolhimento dos novos colaboradores, no sentido de os sensibilizar para a Política da Qualidade, o SGQ e de lhes transmitir informação básica sobre a EID.

Higiene e Segurança no Trabalho

No que se refere à garantia das condições físicas dos locais de trabalho, foi dado apoio na definição de novos postos de trabalho, incorporando logo na sua concepção medidas de prevenção dos riscos. Adicionalmente deu-se continuidade à monitorização dos agentes de risco, nomeadamente iluminação, temperatura, humidade e, nos casos em que os parâmetros

divergiram do recomendado, foram tomadas medidas para a sua correcção.

Relativamente à formação no âmbito da Higiene e Segurança no Trabalho, foi ministrada uma acção sobre primeiros socorros que abrangeu elementos das diversas áreas da Empresa, reforçando significativamente a quantidade de pessoas que podem actuar em caso de emergência. No seguimento do que tem vindo a ser praticado, na fase de acolhimento todos os novos colaboradores frequentaram uma acção de sensibilização sobre os riscos específicos associados à função que irão desempenhar, bem como procedimentos gerais de emergência.

Asia-Pacific Regional Office

A delegação da EID em Jakarta continuou a divulgação da empresa e dos seus produtos, o desenvolvimento de novas oportunidades de negócio e a consolidação da rede de contactos na região.

Foram reforçadas as ligações com estaleiros, principalmente na Indonésia e na Malásia, focadas nos futuros programas navais das marinhas destes países. Foram também fortalecidas oportunidades nos mercados das comunicações de campanha e táticas, mormente na Indonésia, Tailândia e Taiwan. Foram ainda desenvolvidas acções focadas na concretização de novas representações na Tailândia, Austrália, Nova Zelândia e Filipinas.

No período, a delegação participou nas feiras Pacific 2017 (Sydney, Austrália) e DSA 2018 (Kuala Lumpur, Malásia).

O Sistema de Gestão da Qualidade da EID foi objecto de auditorias externas para seguimento das certificações segundo as Normas ISO 9001 e AQAP 2110.



A delegação da EID em Jakarta tem vindo a detectar oportunidades de negócio tanto na Indonésia como em países da região, como sejam a Malásia, Tailândia, Filipinas, Austrália, Nova Zelândia e Taiwan.



Eventos Relevantes

Dando continuidade ao crescente esforço e preocupação com a internacionalização a EID participou activamente nos seguintes eventos:



Durante o exercício, a empresa foi visitada por diversas entidades, nacionais e estrangeiras, de que se destacam:

- S. Exa. o Ministro da Defesa de Timor-Leste, Dr. Cirilo Cristóvão, em 30 de Maio de 2017
- S. Exa. o Chefe do Estado Maior do Exército, General Frederico José Rovisco Duarte, em 21 de Setembro de 2017
- S. Exa. o Ministro da Defesa Nacional, Prof. Dr. José Alberto de Azeredo Lopes, em 28 de Novembro de 2017
- S. Exa. o Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército, Tenente-General Campos Serafino, em 21 Fevereiro de 2017
- Agência Europeia de Defesa, em 22 de Março de 2018

Formação e Recursos Humanos

A forte componente tecnológica da actividade da EID, que implica necessidades intensivas de investigação e desenvolvimento, requer que a empresa assuma o capital humano como um factor decisivo para assegurar a expansão dos seus negócios nos mercados de grande exigência em que actua.

Assim, no decurso do exercício foram admitidos 20 colaboradores, para reforço das áreas de engenharia, das equipas de produção e logística e do departamento comercial, em resultado de um acréscimo significativo de produção, decorrente da concretização de diversos contratos de fornecimento de equipamentos e sistemas de comunicações militares, como já referido neste relatório. Houve uma preocupação sistemática em proporcionar formação inicial aos novos trabalhadores de forma a integrá-los facilmente nas equipas de trabalho.

Por outro lado, tiveram lugar 14 demissões, quer por caducidade dos contratos de trabalho, quer por iniciativa do trabalhador e por reforma.

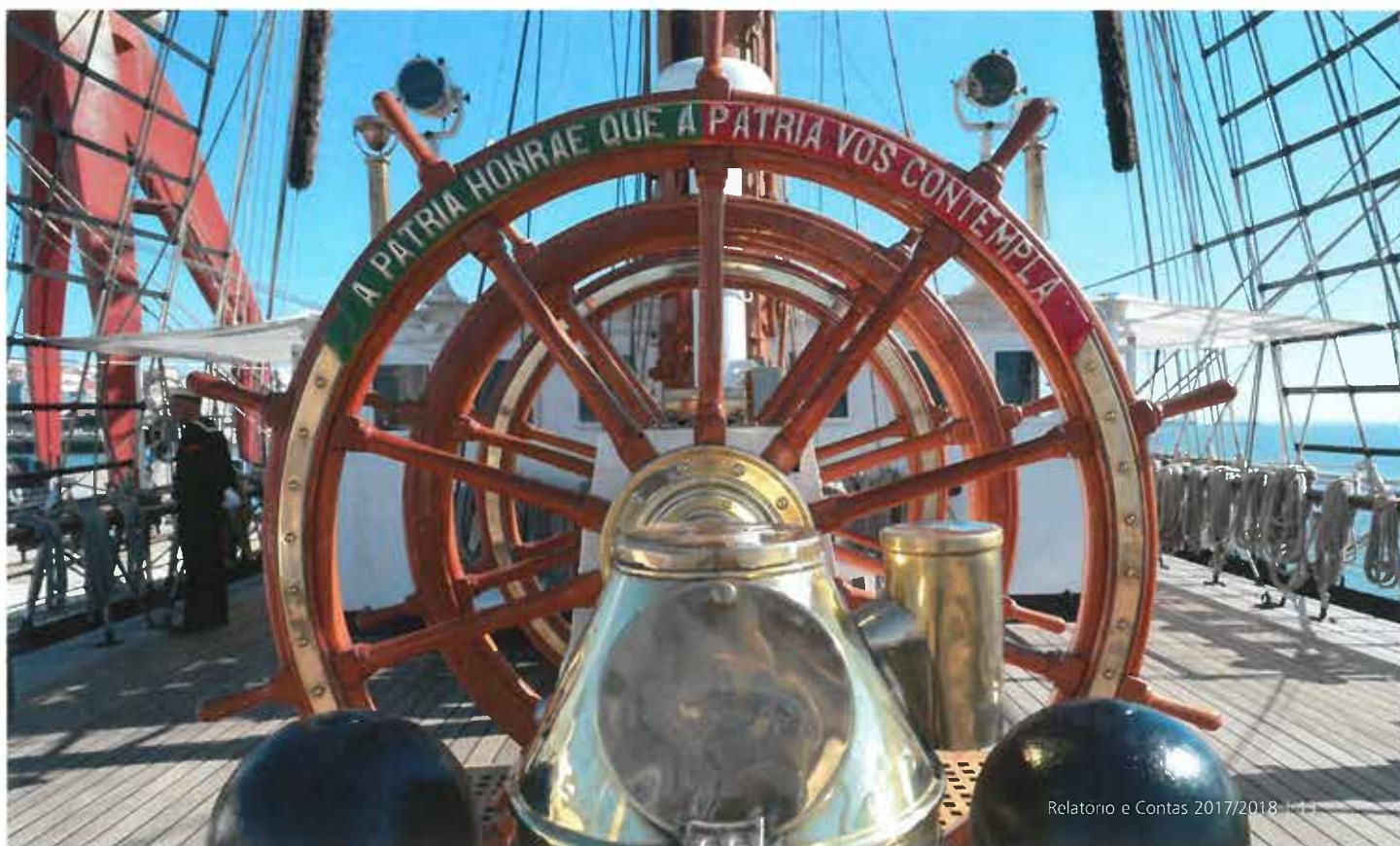
Registe-se que o absentismo foi de 2,99% e que o número médio de trabalhadores no período foi de 140.

A EID aposta no desenvolvimento de competências chave dos seus recursos humanos garantido a sua competitividade e produtividade. Com esse objectivo em vista, foram ministradas 36 acções de formação, num total de 8.541 horas. Essas acções abrangeram 102 colaboradores da empresa, dos quais 27% frequentaram acções de formação com mais de 35 horas.

No que respeita ao treino e formação profissional, 27% dos trabalhadores tiveram pelo menos 35 horas de formação.

Foram ministrados 36 cursos de formação, num total de 8.541 horas, tendo abrangido 102 colaboradores da empresa

Distribuição dos recursos humanos segundo a especialização profissional



Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido apurado no exercício, no montante de €3.599.484,10 (três milhões quinhentos e noventa e nove mil, quatrocentos e oitenta e quatro euros e dez cêntimos) seja distribuído a título de dividendos.

Declarações Legais

Nos termos da Lei, cumpre ao Conselho de Administração declarar que:

- a) até à data de conclusão deste relatório não ocorreram factos significativos que não se encontrem reflectidos nas demonstrações financeiras;
- b) nos termos do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de Outubro, não existem dívidas em mora à Segurança Social.
- c) a análise detalhada à gestão de riscos da Sociedade encontra-se apresentada no presente Anexo às Demonstrações Financeiras.





Considerações Finais

O desempenho económico e financeiro da empresa manteve-se a um excelente nível, algo que se vem registando desde 2007. Foi notória uma certa expansão dos mercados nacional e europeu, o que contribuiu para a consolidação do volume de negócios.

A empresa está determinada em reforçar a sua presença nos mercados internacionais, cada vez mais exigentes e competitivos. A aposta na inovação e nas novas tecnologias é também um factor crítico de sucesso, pelo que a EID continua a alocar significativos recursos técnicos e financeiros ao desenvolvimento, lançamento e promoção de novos produtos, bem como à evolução tecnológica e funcional da sua oferta global.

Desta forma, o Conselho de Administração manifesta aos Senhores Accionistas a sua confiança no futuro da EID, alicerçada na concretização de um projecto coerente, ambicioso e plausível que contará com o seu total

empenhamento.

De facto, perspectiva-se para 2018/2019 um desempenho no mínimo semelhante ao dos 12 meses precedentes, tanto em termos de vendas, EBITDA e Resultados Líquidos. Quanto à captação de novas encomendas, prevê-se que se mantenha a prevalência do mercado externo, embora o mercado nacional tenha vindo a crescer consistentemente.

Para terminar, o Conselho de Administração expressa mais uma vez o seu agradecimento:

- aos nossos Clientes, nacionais e estrangeiros, pela confiança que em nós e nas nossas capacidades têm depositado, traduzida pela aposta continuada na adopção dos nossos produtos e soluções;
- ao Ministério da Defesa Nacional e às Forças Armadas Portuguesas, cujo apoio inexcedível se tem revelado fundamental para

desenvolver e consolidar o prestígio e projecção da EID, a nível internacional;

- aos nossos Parceiros e Fornecedores, pelo excelente espírito de cooperação que evidenciaram;
- aos Senhores Accionistas, pelo continuado apoio que nos vêm manifestando; e
- aos Colaboradores da empresa, pelo esforço e dedicação demonstrados.

Lazarim, 27 de Junho de 2018

O Conselho de Administração

Andrew Stephen Thomis
Presidente

António Sérgio Feliz Marcos Lopes
Presidente Executivo

Simon Robert Walther
Vogal

Venâncio Jorge Pereira da Silva Brites Lebre
Administrador Financeiro

Luís Macieira Fragoso
Vogal



Documentos Financeiros

Demonstrações Financeiras do Período 2017/2018 da EID-Empresa de Investigação e Desenvolvimento de Electrónica,S.A.

ÍNDICE

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 30 DE ABRIL DE 2018	19
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EM 30 DE ABRIL DE 2018.....	20
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO INTEGRAL EM 30 DE ABRIL DE 2018	21
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 30 DE ABRIL DE 2018	22
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 30 DE ABRIL DE 2017	23
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA EM 30 DE ABRIL DE 2018.....	24
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	25
1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE.....	26
2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	26
3. ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS IFRS	27
4. NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS	28
5. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	31
6. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS	48
7. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS.....	48
8. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	49
9. ATIVOS INTANGÍVEIS	50
10. OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS	52
11. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER.....	52
12. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	52
13. INVENTÁRIOS	54
14. CLIENTES	55
15. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS.....	56
16. DIFERIMENTOS	56
17. CAPITAL REALIZADO.....	57
18. PRÉMIOS DE EMISSÃO	57
19. RESERVAS LEGAIS	57
20. OUTRAS RESERVAS	58
21. RESULTADOS TRANSITADOS.....	58
22. AJUSTAMENTOS/OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	58
23. PROVISÕES	59
24. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR.....	59
25. FORNECEDORES.....	60
26. ADIANTAMENTOS A CLIENTES.....	60
27. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	60
28. SUBSÍDIOS	61
29. VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO.....	61
30. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS.....	61
31. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS.....	62
32. GASTOS COM O PESSOAL.....	62

33.	IMPARIDADE DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES)	63
34.	PROVISÕES (AUMENTOS/REDUÇÕES)	63
35.	OUTROS RENDIMENTOS	64
36.	OUTROS GASTOS	64
37.	GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO	64
38.	RESULTADOS FINANCEIROS.....	64
39.	COMPROMISSOS	65
40.	PARTES RELACIONADAS	65
41.	ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO	66
42.	POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS	66
43.	DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS	68

EID-EMPRESA DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ELECTRÓNICA, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA NO PERÍODO FINDO EM 30 DE ABRIL DE 2018

	Notas	Abr 2018	Abr 2017 (Reexpresso)
		Euro	Euro
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	8	255.856,79	298.061,68
Ativos intangíveis	9	44.993,30	36.296,53
Outros investimentos financeiros	10	11.363,37	8.407,35
Ativos por impostos diferidos	12	180.607,00	204.208,94
		<u>492.820,46</u>	<u>546.974,50</u>
Ativo corrente			
Inventários	13	2.303.383,53	2.662.169,46
Clientes	14	6.046.872,83	4.840.092,87
Estado e outros entes públicos	15	-	182.477,44
Outros créditos a receber	11	991.460,38	432.571,21
Diferimentos	16	156.428,45	155.048,26
Caixa e depósitos bancários	6	9.593.846,86	9.172.182,97
		<u>19.091.992,05</u>	<u>17.444.542,21</u>
Total do Ativo		<u>19.584.812,51</u>	<u>17.991.516,71</u>
Capital Próprio			
Capital subscrito	17	1.100.000,00	1.100.000,00
Premios de emissão	18	300.000,00	300.000,00
Reservas legais	19	307.210,12	307.210,12
Outras reservas	20	1.524.051,33	1.524.051,33
Resultados transitados	21	5.224.230,78	1.425.337,43
		<u>8.455.492,23</u>	<u>4.656.598,88</u>
Resultado líquido do período	22	3.599.484,10	3.798.893,35
Total do Capital Próprio		<u>12.054.976,33</u>	<u>8.455.492,23</u>
Passivo não corrente			
Provisões	23	514.268,08	536.861,75
		<u>514.268,08</u>	<u>536.861,75</u>
Passivo corrente			
Fornecedores	25	2.038.928,76	876.165,37
Adiantamentos de clientes	26	5.199,97	5.341,42
Estado e outros entes públicos	15	237.802,31	196.461,15
Imposto sobre o rendimento	12	375.615,60	839.884,52
Outras dívidas a pagar	24	1.904.011,46	2.795.275,93
Diferimentos	16	2.454.010,00	4.286.034,34
		<u>7.015.568,10</u>	<u>8.999.162,73</u>
Total do Passivo		<u>7.529.836,18</u>	<u>9.536.024,48</u>
Total do Capital Próprio e Passivo		<u>19.584.812,51</u>	<u>17.991.516,71</u>

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Vencu

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

AS. TV
semelh
Vencu
Vencu

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

EID-EMPRESA DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ELECTRÓNICA, S.A.

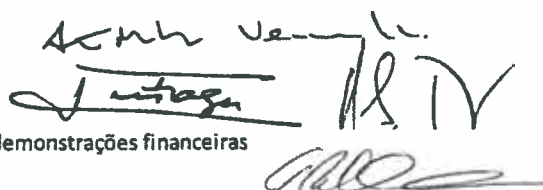
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS - PERÍODO FINDO EM 30 DE ABRIL DE 2018

	Notas	Abr 2018	Abr 2017 (Reexpresso)
		Euro	Euro
Vendas e serviços prestados	27	21.613.462,93	28.333.548,65
Subsídios à exploração	28	8.301,12	10.893,67
Variação nos inventários da produção	29	(319.967,85)	(1.030.951,10)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	30	(8.027.510,14)	(8.623.590,49)
Fornecimentos e serviços externos	31	(2.514.675,57)	(4.632.231,40)
Gastos com o pessoal	32	(5.804.950,59)	(8.040.725,02)
Imparidade de Inventários (perdas/reversões)	13	(67.924,90)	(14.518,94)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	33	22.258,95	-
Provisões (aumentos/reduções)	34	22.593,67	(536.066,52)
Outros rendimentos	35	108.876,74	176.191,12
Outros gastos	36	(37.217,10)	(77.950,07)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		5.003.247,26	5.564.599,90
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	37	(126.637,22)	(546.707,04)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		4.876.610,04	5.017.892,86
Juros e rendimentos similares obtidos	38	32,90	7.645,68
Juros e gastos similares suportados	37	-	-
Resultado antes de impostos		4.876.642,94	5.025.538,54
Imposto sobre o rendimento do período	12	(1.277.158,84)	(1.226.645,19)
Resultado líquido do período		3.599.484,10	3.798.893,35
Resultado básico por acção	17	1.636,13	1.726,77

O CONTABILISTA CERTIFICADO



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

EID-EMPRESA DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ELECTRÓNICA,S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO INTEGRAL - PERÍODO FINDO EM 30 DE ABRIL DE 2018

	Notas	Abr 2018	Abr 2017 (Reexpresso)
		Euro	Euro
Resultado líquido do exercício		<u>3.599.484,10</u>	<u>3.798.893,35</u>
Outros ganhos (Perdas) reconhecidas no Capital Próprio		-	-
Resultado Integral do período		<u>3.599.484,10</u>	<u>3.798.893,35</u>

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Ver - U.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

AS. IV
Ver - U.
J. M. J. M. J. M.

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

IED-EMPRESA DE INVESTIÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ELECTRONICA, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA O PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 30 DE ABRIL DE 2017 E 30 DE ABRIL DE 2018

Descrição	Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe						Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
		Capital subscrito	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período		
Posição em 30 de Abril de 2017 (Reexpresso)	1	1.100.000,00	300.000,00	307.210,12	1.534.051,33	1.425.337,43	2.798.893,35	-	8.455.492,23
Alterações no período									
Primeira adopção de novo referencial contabilístico		-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas		-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do excedente de reavaliação de activos fixos tangíveis e intangíveis		-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	3.798.893,35	(3.798.893,35)	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	3	-	-	-	-	3.798.893,35	(3.798.893,35)	-	-
Resultado líquido do período	4						3.599.484,10		3.599.484,10
Resultado Integral	5 = 3 + 4						(199.409,25)		(199.409,25)
Operações com detentores de capital no período									
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de prémios de emissão		-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações	6								
Posição em 30 de Abril de 2018	7 = 1 + 2 + 3 + 4	1.100.000,00	300.000,00	307.210,12	1.524.051,33	5.224.230,78	3.599.484,10	-	12.054.976,33

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Ver - u.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ver - u. 18.1V

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

EID-EMPRESA DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ELECTRÓNICA, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA O PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2016 E 30 DE ABRIL DE 2017

Descrição	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe						Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
		Capital subscrito	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período		
Posição em 1 de Janeiro de 2016 (Reexpresso)	1	1.100.000,00	300.000,00	219.999,76	1.524.051,33	-	1.512.547,77	-	4.655.598,86
Alterações no período									
Primeira adopção de novo referencial contabilístico		*	*	*	*	*	*	*	*
Alterações de políticas contabilísticas		*	*	*	*	*	*	*	*
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		*	*	*	*	*	*	*	*
Realização de excedentes de revalorização		*	*	*	*	*	*	*	*
Excedentes de revalorização		*	*	*	*	*	*	*	*
Ajustamentos por impostos diferidos		*	*	87.210,34	*	1.425.337,43	(1.512.547,77)	*	*
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	2	-	-	87.210,34	-	1.425.337,43	(1.512.547,77)	-	-
Resultado líquido do período	3						3.798.893,35		3.798.893,35
Resultado Integral	4 = 2 + 3						2.286.345,58		2.286.345,58
Operações com detentores de capital no período									
Realizações de capital		*	*	*	*	*	*	*	*
Realizações de prémios de emissão		*	*	*	*	*	*	*	*
Distribuições		*	*	*	*	*	*	*	*
Entradas para a cobertura de perdas		*	*	*	*	*	*	*	*
Redução de capital		*	*	*	*	*	*	*	*
Entradas para cobertura de perdas		*	*	*	*	*	*	*	*
Outras operações	5								
Posição em 30 de Abril de 2017 (Reexpresso)	6 = 1 + 2 + 3 + 5	1.100.000,00	300.000,00	307.210,12	1.524.051,33	1.425.337,43	3.798.893,35	-	8.455.492,23

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ver - - - - -
 António Vitorino
 Presidente do Conselho de Administração

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

EID-EMPRESA DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ELECTRÓNICA,S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - PERÍODO FINDO EM 30 DE ABRIL DE 2018

	Nota	Abr 2018	Abr 2017 (Reexpresso)
		Euro	Euro
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes		19.482.363,90	23.495.937,45
Pagamentos a fornecedores		(10.751.769,86)	(12.715.896,07)
Pagamentos ao pessoal		(3.138.932,87)	(4.152.233,47)
Caixa gerada pelas operações		5.591.661,17	6.627.807,91
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		(1.723.621,40)	(836.254,71)
Outros recebimentos / pagamentos		(3.418.066,14)	(3.979.147,33)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		449.973,63	1.812.405,87
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(35.991,47)	(113.893,62)
Ativos intangíveis		-	(1.500,00)
		(35.991,47)	(115.393,62)
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios ao investimento	28	8.301,12	10.893,67
Juros e rendimentos similares	38	0,90	8.411,40
		8.302,02	19.305,07
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		(27.689,45)	(96.088,55)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	-
		-	-
Pagamentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	-
Juros e gastos similares		-	-
Dividendos		-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-	-
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		422.284,18	1.716.317,32
Efeito das diferenças de câmbio		(620,29)	1.265,36
Caixa e seus equivalentes no início do período		9.172.182,97	7.454.600,29
Caixa e seus equivalentes no fim do período		9.593.846,86	9.172.182,97

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Ver - u.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ass. IV
Simão Ver - u.
J. Antunes
[Assinatura]

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Identificação da entidade

A EID – Empresa de Investigação e Desenvolvimento de Electrónica, S.A., adiante designada por EID é uma sociedade anónima, com sede na Rua Quinta dos Medronheiros, Lazarim, Almada, constituída em 8 de Junho de 1983 e que tem como actividade principal o estudo, a investigação, o desenvolvimento, a produção e a comercialização de protótipos e de pequenas séries de equipamentos e sistemas das tecnologias da informação, nomeadamente no sector das telecomunicações, do comando e do controlo, bem como a produção, representação, comercialização de bens e tecnologias militares e civis.

A EID é incluída no perímetro de consolidação do Grupo Cohort, sediado no Reino Unido, sendo esta a sua empresa-mãe.

Salvo quando indicado de forma diversa, a informação financeira está apresentada em euros, que é a moeda funcional e de relato da Empresa.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 11 de Julho de 2018. Contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal. Os responsáveis da empresa, isto é, os membros do Conselho de Administração que assinam o presente relatório, declaram que tanto quanto é do seu conhecimento, a informação nele constante foi elaborada em conformidade com as Normas Contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo da situação financeira e dos resultados da EID.

2. Referencial Contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras constituem as primeiras demonstrações financeiras preparadas pela EID em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro adotadas pela União Europeia (IFRS – anteriormente designadas Normas Internacionais de Contabilidade - IAS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as Interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC) ou pelo anterior Standing Interpretations Committee (SIC), em vigor à data da preparação das referidas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com a IFRS 1 – Adoção pela primeira vez das normas contabilísticas e de relato financeiro (“IFRS”), tendo a EID preparado a sua demonstração da posição financeira de abertura na data de transição, a 1 de Janeiro de 2016. As demonstrações financeiras até 30 de Abril de 2017 foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data (Sistema de Normalização Contabilística, “SNC”). No processo de transição das normas contabilísticas anteriormente adotadas para as IFRS, o Conselho de Administração não alterou os critérios de contabilização e valorização aplicados nas demonstrações financeiras do exercício anterior, de modo a que os mesmos se apresentem em conformidade com as IFRS, não existindo efeitos materialmente relevantes dessa transição.

Na preparação das demonstrações financeiras, a EID seguiu a convenção do custo histórico, modificada quando aplicável, pela mensuração ao justo valor de i) instrumentos financeiros derivados e ii) ativos financeiros ao justo valor através de resultados.

Não foram feitas derrogações às disposições das IAS/IFRS.

2.1 Comparabilidade

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 3, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo a 30 de Abril de 2018 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 30 de Abril de 2017.

A EID adoptou no exercício anterior um período fiscal diferente do ano civil sendo que o ano fiscal deste exercício correspondeu ao período de 1 de maio de 2017 a 30 de abril de 2018. Esta alteração resultou da mudança da estrutura accionista e visou adequar o período de relato ao período em vigor no grupo detentor da maioria do capital. Desta forma não são inteiramente comparáveis as quantias comparativas da demonstração de resultados, da demonstração de alterações no capital próprio da demonstração de fluxos de caixa e das notas do anexo relacionadas uma vez que o exercício anterior compreendeu um período de 16 meses de 1 de janeiro de 2016 a 30 de abril de 2017.

Desta forma importa referir que, em virtude da Empresa ter procedido a uma alteração do seu ano fiscal, as demonstração de resultados por naturezas e demonstrações de fluxos de caixa relativas ao período 2017/2018 não são comparáveis com as do período anterior.

3. Adoção pela primeira vez das IFRS

A EID adotou as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IAS"/"IFRS") pela primeira vez em 30 de Abril de 2018, aplicando, para o efeito, a IFRS 1 - Adoção pela Primeira Vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("IFRS"). As IFRS foram aplicadas retrospectivamente para todos os períodos apresentados. A data de transição é de 1 de janeiro de 2016 e a EID preparou a sua demonstração da posição financeira de abertura a essa data, considerando as isenções e exclusões a outras normas existentes permitidas pela IFRS 1.

Atendendo a que a empresa adoptava até ao corrente exercício as normas do Sistema de Normalização Contabilístico ("SNC") o qual se fundamenta em Normas internacionais de Contabilidade ("IAS"/"IFRS") e adicionalmente não se verificando situações em que as operações realizadas pela empresa e a sua apresentação financeira obrigue a um tratamento diferenciado, quer por omissão do SNC quer por diferença de tratamento entre as normas, motivo pelo qual da adoção pela primeira vez das IFRS não resultou qualquer efeito na elaboração das demonstrações financeiras da empresa.

4. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

Foram emitidas pelo IASB:

- Em 19 de Janeiro de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após, 1 de Janeiro de 2017, alterações à IAS 12 que visaram clarificar os requisitos de reconhecimento de activos por impostos diferidos para perdas não realizadas para resolver divergências praticadas (adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1989/2017, de 6 de Novembro).
- Em 29 de Janeiro de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após 1 de Janeiro de 2017, alterações à IAS 7, iniciativa de divulgações, exigindo às empresas prestação de informação sobre alterações nos seus passivos financeiros proporcionando informação que auxilie os investidores na compreensão do endividamento das empresas (adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1990/2017, de 6 de Novembro).
- Os melhoramentos anuais do ciclo 2014-2016, emitidos pelo IASB em 8 de Dezembro de 2016 introduzem alterações à norma IFRS 12 (clarificação do âmbito de aplicação da norma), com data efectiva em, ou após, 1 de Janeiro de 2017.

Nenhuma destas modificações tiveram impacto nas demonstrações financeiras da EID.

IFRS 15 - Rédito de contratos com clientes

O IASB, emitiu, em 28 de Maio de 2014, a norma IFRS 15 - Rédito de contratos com clientes. A IFRS 15 foi adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1905/2016, de 22 de Setembro de 2016. Com aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2018.

A sua adopção antecipada é permitida. Esta norma revoga as normas IAS 11 - Contratos de construção, IAS 18 - Rédito, IFRIC 13 - Programas de Fidelidade do Cliente, IFRIC 15 - Acordos para a Construção de Imóveis, IFRIC 18 - Transferências de Ativos Provenientes de Clientes e SIC 31 Rédito - Transacções de Troca Directa Envolvendo Serviços de Publicidade.

A IFRS 15 determina um modelo baseado em 5 passos de análise por forma a determinar quando o rédito deve ser reconhecido e qual o montante. O modelo especifica que o rédito deve ser reconhecido quando uma entidade transfere bens ou serviços ao cliente, mensurado pelo montante que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo do cumprimento de alguns critérios, o rédito é reconhecido:

- i) No momento preciso, quando o controlo dos bens ou serviços é transferido para o cliente; ou
- ii) Ao longo do período, na medida em que retrata a performance da entidade.

A empresa procedeu a uma análise preliminar do impacto esperado que a aplicação desta norma terá nas demonstrações financeiras com efeito a partir do próximo exercício, sendo o impacto estimado na receita entre 1.5 milhões de euros e 2 milhões de euros. Esta avaliação pode ainda sofrer alterações até à sua adopção, uma vez que a EID ainda não finalizou os testes e avaliação de controlos relacionados com os novos sistemas e procedimentos de controlo interno, e as novas políticas contabilísticas estão sujeitas a alterações até que a EID apresente as suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data de aplicação inicial.

IFRS 9 – Instrumentos financeiros

A IFRS 9 foi adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2067/2016, de 22 de Novembro de 2016. A IFRS 9 incorpora três vertentes distintas: classificação e mensuração de instrumentos financeiros, imparidade de ativos financeiros e contabilidade de cobertura. A IFRS 9 é aplicável para os exercícios que se iniciem em 1 de janeiro de 2018 (com opção para aplicação antecipada). Com exceção da contabilidade de cobertura, a aplicação retrospectiva é obrigatória mas sem a obrigatoriedade de divulgação de informação comparativa. Para a contabilidade de cobertura, os requisitos são geralmente aplicados prospectivamente, com algumas exceções.

Durante 2017 a EID procedeu à análise preliminar do impacto da adoção desta norma em todos os seus aspetos, pelo que a avaliação pode ainda sofrer alterações até à data da sua adoção, uma vez que a EID ainda não finalizou os testes e avaliação dos controlos relacionados com os novos sistemas e procedimentos de controlo interno, e as novas políticas contabilísticas estão sujeitas a alterações até que a EID apresente as suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data de aplicação inicial.

No geral, a EID não espera que ocorram alterações significativas na adopção desta norma.

IFRS 16 - Locações

O IASB, emitiu, em 13 de Janeiro de 2016, a norma IFRS 16 - Locações, de aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2019. A norma foi endossada na União Europeia pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1986/2017, de 31 de Outubro. A sua adopção antecipada é permitida desde que adoptada igualmente a IFRS 15. Esta norma revoga a norma IAS 17 – Locações.

A IFRS 16 retira a classificação das locações como operacionais ou financeiras (para o locador – o cliente do leasing), tratando todas as locações como financeiras.

Locações de curto-prazo (menos de 12 meses) e locações de activos de baixo valor (como computadores pessoais) são isentos de aplicação dos requisitos da norma.

A EID ainda não procedeu a uma análise completa sobre os impactos da aplicação desta norma.

IFRIC 22 – Transacções em moeda estrangeira e contraprestação de adiantamentos

Foi emitida em 8 de Dezembro de 2016 a interpretação IFRIC 22, com data de aplicação obrigatória para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2018.

A nova IFRIC 22 vem definir que, tendo existido adiantamentos em moeda estrangeira para efeitos de aquisição de activos, suporte de gastos ou geração de rendimentos, ao aplicar os parágrafos 21 a 22 da IAS 21, a data considerada de transacção para efeitos da determinação da taxa de câmbio a utilizar no reconhecimento do activo, gasto ou rendimento (ou parte dele) inerente é a data em que a entidade reconhece inicialmente o activo ou passivo não monetário resultante do pagamento ou recebimento do adiantamento na moeda estrangeira (ou havendo múltiplos adiantamentos, as taxas que vigorarem em cada adiantamento).

A EID não espera que ocorra alterações significativas na adopção da presente interpretação.

IFRIC 23 – Incerteza sobre tratamento fiscal de imposto sobre rendimentos

Foi emitida em 7 de Junho de 2017 uma interpretação sobre como lidar, contabilisticamente, com incertezas sobre o tratamento fiscal de impostos sobre o rendimento, especialmente quando a legislação fiscal impõe que seja feito um pagamento às Autoridades no âmbito de uma disputa fiscal e a entidade tenciona recorrer do entendimento em questão que levou a fazer tal pagamento.

A interpretação veio definir que o pagamento pode ser considerado um activo de imposto, caso seja relativo a impostos sobre o rendimento, nos termos da IAS 12 aplicando-se o critério da probabilidade definido pela norma quanto ao desfecho favorável em favor da entidade sobre a matéria de disputa em causa.

Nesse contexto a entidade pode utilizar o método do montante mais provável ou, caso a resolução possa ditar intervalos de valores em causa, utilizar o método do valor esperado.

IFRIC 23 é aplicada para os exercícios que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2019 podendo ser adoptada antecipadamente.

A EID não espera que ocorra alterações significativas na adopção da presente interpretação.

Outras alterações

Em 20 de Junho de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após, 1 de Janeiro de 2018, alterações à IFRS 2 – Classificação e Mensuração de Transacções com pagamentos baseados em acções.

Em 8 de Dezembro de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após 1 de Janeiro de 2018, alterações à IAS 40 – Transferência de propriedades de investimento clarificando o momento em que a entidade deve transferir propriedades em construção ou desenvolvimento de, ou para, propriedades de investimento quando ocorra alteração no uso de tais propriedades que seja suportado por evidência (além do listado no parágrafo 57 da IAS 40)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2014-2016, emitidos pelo IASB em 8 de Dezembro de 2016 introduzem alterações, com data efectiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2018 às normas IFRS 1 (eliminação da excepção de curto prazo para aplicantes das IFRS pela primeira vez) e IAS 28 (mensuração de uma associada ou joint venture ao justo valor).

Os melhoramentos do ciclo 2015-2017, emitidos pelo IASB em 12 de Dezembro de 2017 introduzem alterações, com data efectiva para períodos que se iniciem em, ou após 1 de Janeiro de 2019, às normas IFRS 3 (remensuração da participação anteriormente detida como operação conjunta quando obtém controlo sobre o negócio), IFRS 11 (não remensuração da participação anteriormente detida na operação conjunta quando obtém controlo conjunto sobre o negócio), IAS 12 (contabilização de todas as consequências fiscais do pagamento de dividendos de forma consistente), IAS 23 (tratamento como empréstimos geral qualquer empréstimo originalmente efectuado para desenvolver um activo quando este se torna apto para utilização ou venda).

A EID não antecipa qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

5. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras apresentam-se como segue:

5.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, a partir dos registos contabilísticos da Empresa.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as (IAS/IFRS) requerem que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 5.3 - Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

5.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

a) Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição que compreende o seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos, quaisquer custos directamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias, para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida, e a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Empresa, ou seja quando aumentam a vida útil dos ativos ou resultem em benfeitorias ou melhorias significativas.

Os custos de assistência diária ou de reparação e manutenção são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos de acordo com o regime de acréscimo.

A Empresa procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de alienação e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas segundo o método da linha recta, após a dedução do seu valor residual, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	<u>Número de anos</u>
Edifícios e outras construções	10
Equipamento básico	3 a 7
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros ativos fixos tangíveis	3 a 12

As vidas úteis, método de depreciação e valor residual dos bens são revistos anualmente. O efeito das alterações a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o recebimento e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período. No caso de alienação de bens revalorizados, o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados.

b) Ativos Intangíveis

A Empresa reconhece um ativo intangível sempre que o mesmo for identificável, exercer o controlo sobre o mesmo, seja provável que fluam benefícios económicos futuros para a Empresa e o seu custo possa ser fiavelmente mensurado.

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respectivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade.

As amortizações são registadas após o início da utilização segundo o método da linha recta de acordo com o seguinte período de vida útil estimado:

	<u>Número de anos</u>
Programas de computador	3
Projectos de Desenvolvimento	3 a 5
Outros	10

A Empresa procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de

caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

As perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do período.

A reversão é feita para a nova quantia recuperável, até ao limite do custo original líquido das amortizações que se nenhuma perda de imparidade tivesse sido reconhecida, caso ocorra alteração nas estimativas usadas para determinar a quantia recuperável do ativo desde que a última perda por imparidade foi reconhecida.

Uma vez reconhecida imparidade no *goodwill* esta não é passível de reversão.

Ativos intangíveis gerados internamente

O dispêndio com pesquisa (ou da fase de pesquisa de um projecto interno) é reconhecido como um gasto quando incorrido.

A Empresa reconhece um ativo intangível proveniente de desenvolvimento (ou da fase de desenvolvimento de um projecto interno) quando é possível demonstrar:

- A viabilidade técnica de concluir o ativo intangível a fim de que o mesmo esteja disponível para uso ou venda;
- A intenção de concluir o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo;
- A capacidade de usar ou vender o ativo intangível;
- A forma como o ativo intangível gerará prováveis benefícios económicos futuros;
- A disponibilidade de adequados recursos técnicos, financeiros e outros para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo intangível; e,
- A capacidade para mensurar fiavelmente o dispêndio atribuível ao ativo intangível durante a sua fase de desenvolvimento.

O custo dos ativos intangíveis gerados internamente compreendem todos os custos directamente atribuíveis necessários para criar, produzir e preparar o ativo para ser capaz de funcionar da forma pretendida, nomeadamente:

- Os custos dos materiais e serviços usados ou consumidos ao gerar o ativo intangível;
- Os custos dos benefícios dos empregados associados à formação do ativo intangível;
- As taxas de registo de um direito legal; e
- A amortização de patentes e licenças que sejam usadas para gerar o ativo intangível.

Os seguintes custos são reconhecidos como gastos do período:

Dispêndios com vendas, gastos administrativos e outros gastos gerais a menos que estes dispêndios possam ser directamente atribuídos à preparação do ativo para uso;

Ineficiências identificadas e perdas operacionais iniciais incorridas antes de o ativo atingir o desempenho planeado; e

Dispêndios com a formação do pessoal para utilizar o ativo.

Os gastos com projectos de desenvolvimento até ao exercício de 2015 eram capitalizados no momento da conclusão do projecto e início da comercialização do produto associado ou utilização, sendo amortizados pelo método da linha recta por um período de três anos, excepto nos casos em que se encontrem associados a processos de subsídio ou outros que justifiquem a adopção de outro critério.

O projecto de Investigação e Desenvolvimento P-GRC/525 foi capitalizado após o início da sua comercialização e de acordo com o cumprimento do plano de reconhecimento de rendimentos deste tendo sido totalmente amortizado no exercício de 2016/2017.

Aquisição e desenvolvimento de Software

Os custos incorridos com a aquisição de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Empresa necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados pelo método da linha recta ao longo da sua vida útil esperada, deduzidos de eventual imparidade caso exista.

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de *software* efectuados pela Empresa, sobre os quais seja expectável que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um período, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com os empregados directamente afectos aos projectos, sendo amortizados pelo método da linha recta ao longo da sua vida útil esperada, deduzidos de eventual imparidade caso exista.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como gastos do período em que são incorridos.

c) Locações

A Empresa classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da substância da transacção e não da forma do contrato. Uma locação é classificada como locação financeira se ela transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade. Uma locação é classificada como locação operacional se ela não transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade.

Locações operacionais

Os pagamentos/recebimentos efectuados pela Empresa à luz dos contratos de locação operacional são registados nos gastos/rendimentos dos períodos a que dizem respeito numa base linear.

d) Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período registado em resultados inclui o efeito do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente corresponde ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período utilizando a taxa de imposto em vigor à data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores. O rendimento tributável do período é apurado através da adição/subtração ao resultado contabilístico dos montantes não relevantes fiscalmente ou que permitem deduções adicionais de gastos ou de rendimentos não tributáveis, podendo estas diferenças ser temporárias ou permanentes.

A Empresa encontra-se sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas ("IRC") à taxa de 21% sobre a matéria colectável. A tributação é acrescida de Derrama Municipal a uma taxa de até 1,25% sobre o lucro tributável.

Adicionalmente, a parte do lucro tributável, sujeito e não isento de IRC, superior a 1.500.000 euros está sujeito a Derrama Estadual às seguintes taxas:

- 3% sobre a parte do lucro tributável superior a 1.500.000 euros e até 7.500.000 euros;
- 5% sobre a parte do lucro tributável superior a 7.500.000 euros e até 35.000.000 euros;
- 7% sobre a parte do lucro tributável que exceda os 35.000.000 euros.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos relevados contabilisticamente e os respectivos montantes considerados para efeitos fiscais.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados, e periodicamente avaliados, utilizando as taxas de tributação aprovadas à data de balanço, não se procedendo ao respectivo desconto financeiro.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos somente quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis). Na data de cada balanço é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos em função da expectativa actual da sua recuperação futura.

O prazo de reporte dos prejuízos fiscais apurados nos períodos de tributação de 2014, 2015 e 2016 é de 12 anos. Para os períodos de 2012 e 2013, bem como para os períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2017, o prazo de reporte dos prejuízos fiscais é de cinco anos.

Adicionalmente, a dedução de prejuízos fiscais reportáveis está limitada a 70% do lucro tributável, sendo esta regra aplicável às deduções efectuadas nos períodos de tributação iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014, independentemente do período de tributação em que tenham sido apurados.

O gasto relativo ao imposto sobre o rendimento do período resulta da soma do imposto corrente com o diferido. O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios, são reconhecidos em resultados, no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

A Empresa procede à compensação dos ativos e passivos por impostos diferidos sempre que a Empresa:

- Tiver um direito legalmente executável de compensar ativos por impostos correntes contra passivos por impostos correntes; e
- Os ativos por impostos diferidos e os passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

e) Inventários

Os inventários encontram-se mensurados de acordo com os seguintes critérios:

(i) Matérias-Primas

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. As existências em armazém encontram-se valorizadas ao mais baixo entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio como método de custeio.

(ii) Produtos intermédios, acabados e produtos e trabalhos em curso

Os produtos acabados e intermédios e os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao mais baixo entre o custo de produção, que inclui o custo de matérias-primas incorporadas, mão-de-obra, subcontratos e gastos gerais de fabrico e o valor realizável líquido.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado deduzido dos custos estimados de acabamento e de comercialização.

f) Créditos a receber

Os créditos a receber são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo ou custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efectiva, quando o efeito temporal é materialmente relevante, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objectiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

g) Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas

Os ativos não correntes ou grupos de ativos não correntes detidos para venda (grupos de ativos em conjunto com os respectivos passivos, que incluem pelo menos um ativo não corrente), são classificados como detidos para venda quando estão disponíveis para venda imediata na sua condição actual, sujeitos apenas aos termos que são habituais e costumeiros para a sua venda e cuja venda é altamente provável.

A Empresa também classifica como ativos não correntes detidos para venda os ativos não correntes ou grupos de ativos adquiridos apenas com o objectivo de venda posterior (identificar caso se aplique), que estão disponíveis para venda imediata na sua condição actual, sujeitos apenas aos termos que são habituais e costumeiros para a sua venda e cuja venda é altamente provável.

Imediatamente antes da sua classificação como detidos para venda, os ativos não correntes detidos para venda e todos os ativos e passivos incluídos num grupo de ativos para venda, são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

h) Dívidas a pagar

As dívidas a pagar são inicialmente reconhecidas ao justo valor, sendo deduzidas dos custos imputáveis à emissão da dívida, sendo subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (quando o valor temporal do dinheiro seja materialmente relevante)

i) Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem e investimentos financeiros a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

j) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para Euro à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. As principais moedas estrangeiras utilizadas neste exercício e no exercício anterior foram o Dolar Americano e a Libra Esterlina, sendo utilizadas as taxas médias e de taxa de fecho divulgadas pelo Banco de Portugal.

Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas nos resultados.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio da data da transacção.

Os ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio resultantes da liquidação de itens monetários ou do relato de itens monetários a taxas diferentes das que foram inicialmente registadas durante o período, ou relatadas em demonstrações financeiras anteriores, são reconhecidas nos resultados do período em que ocorrem.

Quando um ganho ou uma perda num item não monetário é reconhecido directamente no capital próprio, qualquer diferença de câmbio incluída nesse ganho ou perda é reconhecida directamente no capital próprio. Quando um ganho ou uma perda com um item não monetário é reconhecido nos resultados, qualquer diferença de câmbio incluída nesse ganho ou perda é reconhecida nos resultados.

k) Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Um subsídio das entidades públicas não é reconhecido, até que haja segurança razoável de que a Empresa cumprirá as condições a ele associadas, e que o subsídio será recebido.

Os subsídios das entidades públicas não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos no Passivo com o diferimento e, subsequentemente quanto aos que respeitam a ativos fixos tangíveis depreciables e intangíveis com vida útil definida, imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem.

Os subsídios das entidades públicas reembolsáveis são contabilizados como passivos. No caso destes subsídios adquirirem a condição de não reembolsáveis.

Um subsídio das entidades públicas que se torne recebível como compensação por gastos já incorridos ou para dar suporte financeiro imediato à Empresa sem qualquer futuro gasto relacionado é reconhecido como rendimento do período em que se tornar recebível.

Os subsídios que são concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar *deficits* de exploração de um dado período imputam-se como rendimentos desse período, salvo se se destinarem a financiar *deficits* de exploração de períodos futuros, caso em que se imputam aos referidos períodos. Estes subsídios são apresentados separadamente como tal na demonstração dos resultados.

l) Capitalização de custos com empréstimos

Os custos de empréstimos directamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica são capitalizados como parte do custo desse ativo, na medida em que seja provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a entidade e tais custos possam ser fiavelmente mensurados. Outros custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período em que sejam incorridos.

Um ativo que se qualifica é um ativo que leva necessariamente um período substancial de tempo para ficar pronto para o seu uso pretendido ou para venda. O montante de custos a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efectuados. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos custos com empréstimos obtidos aplicável aos empréstimos em aberto no período.

A capitalização de custos com empréstimos obtidos como parte do custo de um ativo que se qualifica inicia-se quando os dispêndios com o ativo estejam a ser incorridos, os custos de empréstimos obtidos estejam a ser incorridos e as actividades que sejam necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou venda estejam em curso.

A capitalização dos custos dos empréstimos obtidos cessa quando substancialmente todas as actividades necessárias para preparar o ativo elegível para o seu uso pretendido ou para a sua venda estejam concluídas.

m) Provisões

São reconhecidas provisões quando:

- A Empresa tem uma obrigação presente, legal ou construtiva como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; e,
- É possível efectuar uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras. A actualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto financeiro.

Provisões para garantias a clientes

As provisões para garantias a clientes destinam-se a fazer face a encargos a suportar derivados de garantias previstas em contratos de fornecimento ou prestação de serviços, estas são calculadas com base na avaliação técnica do produto fornecido, a natureza do cliente e o seu enquadramento geoestratégico do ponto de vista comercial.

Provisões para contratos onerosos

A Empresa reconhece uma provisão para contratos onerosos sempre que os custos não evitáveis de satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios económicos que se espera sejam recebidos ao abrigo do mesmo.

Provisões para reestruturação

A Empresa constituiu uma provisão para reestruturação quando existe uma obrigação construtiva de reestruturar, nomeadamente:

- Existe um plano formal detalhado para a reestruturação que identifica:
- O negócio ou parte de um negócio em questão;
- As principais localizações afectadas;
- A localização, função e número aproximado de empregados que receberão retribuições pela cessação dos seus serviços;
- Os dispêndios que serão levados a efeito;
- Quando será implementado o plano; e,
- Foi criada uma expectativa válida nos afectados de que levará a efeito a reestruturação ao começar a implementar esse plano ou ao anunciar as suas principais características aos afectados por ele.

A provisão para reestruturação inclui apenas os dispêndios directos provenientes da reestruturação, que são os que, simultaneamente, estão necessariamente associados à reestruturação e não associados com as actividades continuadas da entidade.

A provisão para reestruturação não inclui os gastos de deslocalizar ou voltar a formar pessoal que se mantém, comercialização ou investimento em novos sistemas e redes de distribuição. Estes dispêndios relacionam-se com a conduta futura da Empresa e não são passivos de reestruturação à data do balanço. São reconhecidos na mesma base como se surgissem independentemente de uma reestruturação nos gastos do período em que ocorrem.

Os ganhos esperados na alienação de ativos não são tidos em consideração na mensuração de uma provisão para reestruturação, mesmo se a venda de ativos for vista como parte da reestruturação.

Passivos de carácter ambiental

A Empresa constitui um passivo de carácter ambiental quando existe uma obrigação legal, contratual ou construtiva de evitar, reduzir ou reparar danos ambientais no final da vida útil dos ativos.

Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza descrever os bens para fazer face às respectivas responsabilidades relativas a despesas com a reposição dos locais e terrenos. Estas provisões são calculadas, com base no valor actual das respectivas responsabilidades futuras e são registadas por contrapartida de um aumento dos respectivos ativos fixos tangíveis, sendo amortizadas de forma linear pelo período de vida útil média esperada desses ativos.

Quando o efeito do valor temporal do dinheiro for material, os passivos ambientais que não sejam liquidados num futuro próximo são mensurados pelo seu valor presente.

Os dispêndios de carácter ambiental são reconhecidos como gastos no período em que são incorridos, a menos que satisfaçam os critérios necessários para serem reconhecidos como um ativo. Os dispêndios de carácter ambiental relacionados com danos que ocorreram num período anterior são registados como gastos no período corrente.

n) Ativos e Passivos Contingentes

A Empresa não reconhece ativos nem passivos contingentes.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos. Os ativos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

Os ativos e passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente reflectidos nas demonstrações financeiras.

Se se tornar provável que um exfluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Se se tornar virtualmente certo que ocorrerá um influxo de benefícios económicos, o ativo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que a alteração ocorra.

Os passivos contingentes de carácter ambiental não são reconhecidos no balanço. Se existir uma possibilidade, menos que provável, de que um dano ambiental deva ser reparado no futuro, mas essa obrigação esteja ainda dependente da ocorrência de um acontecimento incerto, a Empresa divulga o respectivo passivo contingente.

o) Reconhecimento de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

p) Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

- A Empresa tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- A Empresa não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efectivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transacção fluam para a Empresa; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transacção possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito associado a uma prestação de serviços é reconhecido numa base duodécimal em relação a contratos de serviços de carácter continuado e termo anual correspondendo cada período a um marco de reconhecimento, para os restantes casos o reconhecimento segue as regras de reconhecimento da venda de bens, quando o desfecho de uma transacção possa ser fiavelmente

estimado. O desfecho de uma transacção pode ser fiavelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- A quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transacção fluam para a Empresa;
- A fase de acabamento da transacção à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada; e
- Os custos incorridos com a transacção e os custos para concluir a transacção possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito compreende os montantes facturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

q) Gastos/Rendimentos de financiamentos

Os gastos/rendimentos de financiamentos incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos e rendimentos e gastos similares obtidos e suportados que diga respeito a diferenças cambiais associadas aos financiamentos e contratos de swap ou outros derivados inerentes a coberturas de risco associadas aos financiamentos contraídos.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo pelo método do custo amortizado.

Os juros de aplicações financeiras e outros rendimentos de investimentos efectuados são reconhecidos, na demonstração dos resultados em outros rendimentos.

r) Acontecimentos após a data de balanço

As demonstrações financeiras apresentadas reflectem os eventos subsequentes ocorridos até 11 de Julho de 2018, data em que foram aprovadas pelo Conselho de Administração, conforme referido na Nota 1.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço, são eventos ajustáveis considerados na preparação das demonstrações financeiras.

Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados em nota própria.

s) Instrumentos Financeiros

A Empresa reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A mensuração inicial de um ativo financeiro ou passivo financeiro é efectuada ao justo valor. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro ou à emissão do passivo financeiro devem ser incluídos no justo valor, no caso dos ativos e passivos financeiros cuja mensuração subsequente não seja o justo valor.

Após o reconhecimento inicial, a Empresa mensura, em cada data de relato, todos os ativos financeiros pelo justo valor com as alterações de justo valor reconhecidas nas demonstrações de resultados, exceto quanto a:

- Instrumentos de capital próprio de uma outra entidade que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como derivados que estejam associados e devam ser liquidados pela entrega de tais instrumentos, os quais são mensurados ao custo menos perdas por imparidade;
- Contratos que não possam ser liquidados em base líquida, quando executados, se espera que reúnam as condições para reconhecimento ao custo ou ao custo amortizado menos perdas por imparidade, e a Empresa designa, no momento do reconhecimento inicial, para serem mensurados ao custo menos perdas de imparidade;
- Ativos financeiros que a entidade designe, no momento do seu reconhecimento inicial, para ser mensurado ao custo amortizado (utilizando o método da taxa de juro efectiva) menos qualquer perda por imparidade; ou
- Ativos financeiros não derivados a serem detidos até à maturidade, os quais deverão ser mensurados ao custo amortizado.

Um ativo financeiro pode ser designado para ser mensurado ao custo amortizado se satisfizer todas as seguintes condições:

- Seja à vista ou tenha uma maturidade definida;
- Os retornos para o seu detentor sejam (i) de montante fixo, (ii) de taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento ou que inclua um *spread* sobre esse mesmo indexante;
- Não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e do juro acumulado.

Imparidade

Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de imparidade de todos os activos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor.

Se existir evidência objectiva de imparidade, o montante de perda, a inscrever em resultados, para activos financeiros mensurados ao custo amortizado resulta da diferença entre a quantia escriturada e o valor actual dos fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro, podendo ser revertida em período subsequente se deixar de existir prova objectiva de imparidade. O montante de perda, a inscrever em resultados, para activos financeiros mensurados ao custo resulta da diferença entre a quantia escriturada e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de retorno do mercado corrente para um activo financeiro semelhante, não podendo ser revertida em períodos subsequentes.

Contabilidade de cobertura

A Empresa não utiliza instrumentos financeiros para cobertura do risco de taxa de juro, cambial e risco de preço resultante da sua actividade operacional e de financiamento.

t) Pagamento com base em ações

A EID adota a política do Grupo Cohort, Plc relativamente às gratificações em atribuição de direitos de opção de compra de ações do Grupo Cohort, Plc para os seus empregados, tendo mensurado essa opção de compra de ações pelo justo valor.

Até o passivo ser liquidado, a entidade remensura o justo valor do passivo a cada data de relato e na data de liquidação, com quaisquer alterações no justo valor reconhecidas nos resultados do exercício.

A EID reconhece imediatamente os serviços recebidos dos empregados e um passivo para pagar esses serviços. Se os direitos de valorização de acções não forem adquiridos até os empregados terem completado o período de serviço especificado no plano, a EID reconhece os serviços recebidos, e um passivo para pagar os mesmos, à medida que os empregados prestam os serviços durante esse período. O reconhecimento em resultados desta responsabilidade é registado na rubrica outros gastos com pessoal.

5.3 Principais estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a gestão da EID efetue julgamentos e estimativas que afetam os montantes de rendimentos, gastos, ativos, passivo e divulgações à data da posição financeira e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Estas estimativas são determinadas pelos julgamentos da gestão da EID, baseados:

- (i) Na melhor informação e conhecimento de eventos presentes e em alguns casos em relatos de peritos independentes; e
- (ii) Nas ações que a EID considera poder vir a desenvolver no futuro. Todavia, na data de concretização das operações, os seus resultados poderão vir a ser diferentes das estimativas.

As estimativas e as premissas que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico dos ativos e passivos no exercício seguinte são apresentados abaixo:

Vida útil estimada e valor residual dos ativos fixos tangíveis

A vida útil estimada e valor residual do equipamento operacional foram determinados pela Empresa atendendo à experiência da mesma.

Provisões

A quantia reconhecida como uma provisão é a melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço.

As quantias estimadas para fazer face a gastos referentes a obrigações futuras são-no baseadas na avaliação técnica do produto fornecido, a natureza do cliente e o seu enquadramento geoestratégico do ponto de vista comercial.

Para outras provisões que possam ocorrer, a EID, com base na opinião dos seus advogados, efetua um julgamento para determinar se deve ser registada uma provisão para fazer face a riscos de diversa natureza.

Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa futuros, descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores são baseadas na avaliação efectuada pela Empresa quanto à existência de prova objectiva de imparidade e da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros factores incluindo o factor de actualização financeira (à taxa de juro original efectiva ou que resultaria no momento do reconhecimento inicial do ativo em causa).

Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

Imposto sobre o rendimento

Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, de acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenha havido reporte prejuízos fiscais, deduções de crédito de imposto, bom como quaisquer outras deduções (em que este prazo passará a ser o do período desse direito).

Desta forma, é possível que ocorram correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

O reconhecimento de ativos por impostos diferidos tem por base projecções da Empresa, que demonstram a existência de lucros tributáveis futuros.

5.4 Principais pressupostos relativos ao futuro

Não foram identificadas pelo órgão de gestão da Empresa situações que sejam susceptíveis de provocar ajustamentos materiais nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano seguinte ou mesmo que coloquem em causa a continuidade da Empresa. Desta forma as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações.

5.5 Principais fontes de incertezas das estimativas

As principais fontes de incertezas encontram-se detalhadas na Nota 5.3.

6. Caixa e depósitos bancários

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método directo, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em actividades operacionais, de investimento e de financiamento, a Empresa classifica os juros e dividendos pagos como actividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como actividades de investimento.

A 30 de Abril de 2018 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

	Abr 2018	Abr 2017
	Euro	Euro
Caixa	1.495,55	704,50
Depósitos bancários	9.592.351,31	9.171.478,47
	<u>9.593.846,86</u>	<u>9.172.182,97</u>

7. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Durante o presente período não ocorreram erros, ou alterações de estimativas contabilísticas. Relativamente às políticas contabilísticas a Empresa adoptou pela primeira vez as IFRS (Nota 2).

8. Ativos Fixos Tangíveis

As quantias escrituradas dos Ativos fixos tangíveis são as seguintes:

	Abr 2018 Euro	Abr 2017 Euro
Valor Bruto		
Edifícios e outras construções	130.391,89	130.391,89
Equipamento básico	5.250.647,31	5.243.626,11
Equipamento de transporte	21.363,91	21.363,91
Equipamento administrativo	2.643.149,51	2.574.385,15
Outros ativos fixos tangíveis	230.675,66	230.675,66
	<u>8.276.228,28</u>	<u>8.200.442,72</u>
Depreciações acumuladas e imparidade		
Depreciações do período	(117.990,45)	(140.862,73)
Depreciações acumuladas de períodos anteriores	<u>(7.902.381,04)</u>	<u>(7.761.518,31)</u>
	<u>(8.020.371,49)</u>	<u>(7.902.381,04)</u>
Valor líquido contabilístico	<u>255.856,79</u>	<u>298.061,68</u>

Os movimentos na rubrica de Ativos fixos tangíveis durante o ano de 2017 são analisados como segue:

	2017				
	Saldo em Abr 2017 Euro	Aquisições Euro	Alienações / Abates Euro	Outros Euro	Saldo em Abr 2018 Euro
Valor bruto					
Edifícios e outras construções	130.391,89	-	-	-	130.391,89
Equipamento básico	5.243.626,11	7.021,20	-	-	5.250.647,31
Equipamento de transporte	21.363,91	-	-	-	21.363,91
Equipamento administrativo	2.574.385,15	68.764,36	-	-	2.643.149,51
Outros ativos fixos tangíveis	230.675,66	-	-	-	230.675,66
	<u>8.200.442,72</u>	<u>75.785,56</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>8.276.228,28</u>
Depreciações acumuladas e imparidade					
Edifícios e outras construções	129.253,72	813,17	-	-	130.066,89
Equipamento básico	5.020.530,65	72.298,75	-	-	5.092.829,40
Equipamento de transporte	18.733,92	2.320,70	-	-	21.054,62
Equipamento administrativo	2.503.763,09	42.390,15	-	-	2.546.153,24
Outros ativos fixos tangíveis	230.099,66	167,68	-	-	230.267,34
	<u>7.902.381,04</u>	<u>117.990,45</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>8.020.371,49</u>

Os movimentos na rubrica de Ativos fixos tangíveis durante o ano de 2016 são analisados como segue:

	2016				
	Saldo em Jan 2016 Euro	Aquisições Euro	Alienações / Abates Euro	Outros Euro	Saldo em Abr 2017 Euro
Valor bruto					
Edifícios e outras construções	130.391,89	-	-	-	130.391,89
Equipamento básico	5.139.077,66	104.548,45	-	-	5.243.626,11
Equipamento de transporte	21.363,91	-	-	-	21.363,91
Equipamento administrativo	2.550.696,59	23.688,56	-	-	2.574.385,15
Outros ativos fixos tangíveis	230.675,66	-	-	-	230.675,66
	<u>8.072.205,71</u>	<u>128.237,01</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>8.200.442,72</u>
	Saldo em Jan 2016 Euro	Depreciação do período Euro	Imparidade do período Euro	Alienações / Abates Euro	Saldo em Abr 2017 Euro
Depreciações acumuladas e imparidade					
Edifícios e outras construções	126.946,97	2.306,75	-	-	129.253,72
Equipamento básico	4.931.075,51	89.455,14	-	-	5.020.530,65
Equipamento de transporte	15.350,72	3.383,20	-	-	18.733,92
Equipamento administrativo	2.458.307,82	45.455,27	-	-	2.503.763,09
Outros ativos fixos tangíveis	229.837,29	262,37	-	-	230.099,66
	<u>7.761.518,31</u>	<u>140.862,73</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>7.902.381,04</u>

As depreciações de ativos fixos tangíveis estão incluídas na linha dos “Gastos/Reversões de depreciação e de amortização” da Demonstração de Resultados por naturezas.

9. Ativos intangíveis

As quantias escrituradas dos ativos intangíveis são as seguintes:

	Abr 2018 Euro	Abr 2017 Euro
Valor Bruto		
Programas de computador	1.217.132,46	1.199.788,92
Outros ativos intangíveis	50.720,00	50.720,00
Despesas de I&D	<u>13.493.170,54</u>	<u>13.493.170,54</u>
	<u>14.761.023,00</u>	<u>14.743.679,46</u>
Amortizações acumuladas e imparidade		
Amortizações do período	(8.646,77)	(405.844,31)
Amortizações acumuladas de períodos anteriores	<u>(14.707.382,93)</u>	<u>(14.301.538,62)</u>
	<u>(14.716.029,70)</u>	<u>(14.707.382,93)</u>
Valor líquido contabilístico	<u>44.993,30</u>	<u>36.296,53</u>

Os movimentos da rubrica de ativos intangíveis durante o período de Ano 2017 são analisados como segue:

	Saldo em Abr 2017 Euro	Aquisições Euro	Alienações / Abates Euro	Outros Euro	Saldo em Abr 2018 Euro
Valor bruto					
Programas de computador	1.199.788,92	17.343,54	-	-	1.217.132,46
Outros ativos intangíveis	50.720,00	-	-	-	50.720,00
Despesas de I&D	13.493.170,54	-	-	-	13.493.170,54
	<u>14.743.679,46</u>	<u>17.343,54</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>14.761.023,00</u>
	Saldo em Abr 2017 Euro	Amortização do período Euro	Imparidade do período Euro	Alienações / Abates Euro	Saldo em Abr 2018 Euro
Amortizações acumuladas e imparidade					
Programas de computador	1.190.921,67	3.574,77	-	-	1.194.496,44
Outros ativos intangíveis	23.290,72	5.072,00	-	-	28.362,72
Despesas de I&D	13.493.170,54	-	-	-	13.493.170,54
	<u>14.707.382,93</u>	<u>8.646,77</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>14.716.029,70</u>

Os movimentos da rubrica de ativos intangíveis durante o período de Ano 2016 são analisados como segue:

	Saldo em Jan 2016 Euro	Aquisições Euro	Alienações / Abates Euro	Outros Euro	Saldo em Abr 2017 Euro
Valor bruto					
Programas de computador	1.197.740,32	2.048,60	-	-	1.199.788,92
Outros ativos intangíveis	50.720,00	-	-	-	50.720,00
Projectos de Desenvolvimento	13.493.170,54	-	-	-	13.493.170,54
	<u>14.741.630,86</u>	<u>2.048,60</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>14.743.679,46</u>
	Saldo em Jan 2016 Euro	Amortização do período Euro	Imparidade do período Euro	Alienações / Abates Euro	Saldo em Abr 2017 Euro
Amortizações acumuladas e imparidades					
Programas de computador	1.150.982,08	39.939,59	-	-	1.190.921,67
Outros activos intangíveis	16.484,01	6.806,71	-	-	23.290,72
Projectos de Desenvolvimento	13.134.072,53	359.098,01	-	-	13.493.170,54
	<u>14.301.538,62</u>	<u>405.844,31</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>14.707.382,93</u>

As amortizações de ativos intangíveis estão incluídas na linha dos “Gastos/ Reversões de depreciação e de amortização” da Demonstração de Resultados por naturezas.

10. Outros investimentos financeiros

A rubrica Outros investimentos financeiros é analisada como segue:

	Saldo em Abr 2017 Euro	Aumentos Euro	Diminuições Euro	Transferências Euro	Saldo em Abr 2018 Euro
Fundo Compensação dos Trabalhadores	8.407,35	5.066,04	(2.110,02)	-	11.363,37
	<u>8.407,35</u>	<u>5.066,04</u>	<u>(2.110,02)</u>	<u>-</u>	<u>11.363,37</u>

	Saldo em Jan 2016 Euro	Aumentos Euro	Diminuições Euro	Transferências Euro	Saldo em Abr 2017 Euro
Fundo Compensação dos Trabalhadores	3.418,46	5.160,52	(171,63)	-	8.407,35
	<u>3.418,46</u>	<u>5.160,52</u>	<u>(171,63)</u>	<u>-</u>	<u>8.407,35</u>

11. Outros créditos a receber

A rubrica Outros créditos a receber é analisada como segue:

	Abr 2018 Euro	Abr 2017 Euro
Outros créditos a receber - Correntes		
Outros Devedores - Partes Relacionadas (Nota 39)	393,74	393,74
Adiantamento a fornecedores	26.334,29	233.443,43
Out- Devedores - Saldos com pessoal	1.960,14	1.778,91
Out- Devedores por acréscimo de rendimento	914.772,21	196.955,13
Out- Devedores (Cauções)	48.000,00	-
	<u>991.460,38</u>	<u>432.571,21</u>

O montante relativo a Cauções refere-se ao valor de direitos aduaneiros pagos à Autoridade Tributária em processos de importação temporária.

12. Imposto sobre o rendimento

A Empresa regista nas suas contas o efeito fiscal decorrente das diferenças temporárias que se verificam entre os ativos e passivos determinados numa óptica contabilística e numa óptica fiscal, o qual é analisado como segue:

	Abr 2018 Euro	Abr 2017 Euro
Imposto corrente	1.253.556,90	1.307.043,34
Impostos diferidos	23.601,94	(80.398,15)
	<u>1.277.158,84</u>	<u>1.226.645,19</u>

A rubrica impostos diferidos é analisada como segue:

	Activos por Impostos Diferidos	
	Abr 2018	Abr 2017
	Euro	Euro
Provisões para garantias	90.953,40	119.445,64
Amortizações não aceites fiscalmente	15.067,73	25.290,72
Processos judiciais em curso	176,94	176,94
Imparidades em inventários	74.408,93	59.295,64
	<u>180.607,00</u>	<u>204.208,94</u>

Os impostos diferidos são calculados tendo por base uma taxa de imposto de 21% acrescidos de uma taxa de derrama municipal de 1,25%.

O movimento ocorrido nos impostos diferidos para o período de 30 de abril de 2018 foi o seguinte:

	Saldo Inicial	Constituição/ Reversão em resultados	Constituição/ Reversão em Capital Próprio	Saldo Final
	Euro	Euro	Euro	Euro
Imposto diferido activo				
Provisões para garantias	119.445,64	(28.492,24)	-	90.953,40
Amortizações não aceites fiscalmente	25.290,72	(10.222,99)	-	15.067,73
Processos judiciais em curso	176,94	-	-	176,94
Imparidades em inventários	59.295,64	15.113,29	-	74.408,93
	<u>204.208,94</u>	<u>(23.601,94)</u>	<u>-</u>	<u>180.607,00</u>

O movimento ocorrido nos impostos diferidos para o período de 2017 foi o seguinte:

	Saldo inicial	Constituição/ Reversão em resultados	Saldo Final
	Euro	Euro	Euro
Imposto diferido activo			
Outros	67.063,13	(67.063,13)	-
Provisões para garantias	-	119.445,64	119.445,64
Amortizações não aceites fiscalmente	-	25.290,72	25.290,72
Processos judiciais em curso	178,53	(1,59)	176,94
Imparidades em inventários	56.569,13	2.726,51	59.295,64
	<u>123.810,79</u>	<u>80.398,15</u>	<u>204.208,94</u>

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de IRC, em 30 de abril de 2018 e 2017, é analisada como segue:

	Abr 2018	2017
	Euro	Euro
Resultados antes de impostos	4.876.642,94	4.726.816,39
Taxa nominal de imposto	0,21	0,21
Imposto esperado	1.024.095,02	992.631,44
Diferenças permanentes		
Benefícios Fiscais	(13.457,82)	(111.888,07)
Multas e Coimas	240,00	375,00
Custos de períodos anteriores	5.845,78	
Diferenças temporárias	(242.799,13)	
Imparidades e Provisões	288.130,36	536.834,34
Matéria colectável / colecta	4.914.602,13	5.152.137,67
Imposto	1.032.066,47	1.080.875,23
Tributação autónoma	57.619,84	84.062,43
Derrama	61.432,53	76.548,61
Derrama Estadual	102.438,06	65.557,07
Imposto corrente	1.253.556,90	1.307.043,34
Imposto diferido	23.601,94	(80.398,15)
Imposto sobre o Rendimento do Período	1.277.158,84	1.226.645,19
	0,26	0,26

13. Inventários

A rubrica Inventários, líquida de imparidade, é analisada como segue:

	Abr 2018	2017
	Euro	Euro
Inventários		
Mercadorias	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	820.552,28	859.370,36
Produtos acabados e intermédios	211.274,04	162.562,40
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	-	-
Produtos e trabalhos em curso	1.271.557,21	1.640.236,70
	2.303.383,53	2.662.169,46

A empresa verifica a recuperabilidade dos seus inventários realizando uma análise de rotação de stocks e identificados os itens sem rotação por um período superior a 5 anos resultando deste processo a avaliação do montante de stocks em imparidade e efectuado o consequente registo.

No exercício findo em 30 de abril de 2018 o montante de inventários em imparidade foi como segue:

	Abr 2018	2017
	Euro	Euro
Imparidade de inventários		
Perdas por imparidade	(67.924,90)	(14.518,94)
Reversões de perdas por imparidade	-	-
	(67.924,90)	(14.518,94)

O movimento da imparidade de inventários a 30 de Abril de 2018 é como segue:

	Saldo em Abr 2017 Euro	Reforço Euro	Reversões Euro	Saldo em Abr 2018 Euro
Matérias-primas	319.903,22	67.924,90	-	387.828,12
	319.903,22	67.924,90	-	387.828,12

14. Clientes

A rubrica Clientes é analisada como segue:

	Abr 2018 Euro	Abr 2017 Euro
Clientes		
Clientes	5.996.772,44	4.817.082,82
Clientes - Partes relacionadas (Nota 40)	50.100,39	23.010,04
Clientes - de cobrança duvidosa	337.528,44	359.787,40
Valor Bruto	6.384.401,27	5.199.880,26
Perdas por imparidade	(337.528,44)	(359.787,39)
Imparidades acumuladas	(337.528,44)	(359.787,39)
Valor líquido contabilístico	6.046.872,83	4.840.092,87

O aumento verificado na rubrica clientes conta corrente deve-se essencialmente à conclusão de projectos em 30 de abril de 2018 cuja faturação ocorreu nesse mesmo mês, tendo do total faturado já sido recebidos cerca de 3 milhões de euros.

A rubrica de clientes conta corrente no montante de 6.046.872,83 euros (4.840.092,87 euros em Abril de 2017) contém saldos de clientes de curto prazo. Encontra-se reconhecida uma imparidade por dívidas consideradas de cobrança duvidosa no valor de 337.528,44 euros já registada no ano anterior, sendo a sua antiguidade distribuída da seguinte forma:

	Por vencer Euro	Entre 1 e 90 Dias Euro	Entre 91 e 180 Dias Euro	Entre 181 e 360 Dias Euro	Entre 361 e 720 Dias Euro	> 720 dias Euro	Total Euro
Clientes	4.363.620,15	1.506.479,07	24.994,03	-	151.779,58	-	6.046.872,83
Clientes-de cobrança duvidosa	-	-	-	-	-	337.528,45	337.528,45
	4.363.620,15	1.506.479,07	24.994,03	-	151.779,58	337.528,45	6.384.401,28

Os saldos cuja antiguidade é superior a 720 dias já se encontram ajustados, sendo expectativa da gestão que o saldo entre 361 e 720 dias seja recuperável.

Em 30 de abril de 2018 o movimento das perdas por imparidade de clientes, é analisado como segue:

	Saldo em Abr 2017 Euro	Dotações do período Euro	Reversões Euro	Utilizações Euro	Saldo em Abr 2018 Euro
Cientes - de cobrança duvidosa	359.787,39	-	(22.258,95)	-	337.528,44
	359.787,39	-	(22.258,95)	-	337.528,44

Em 30 de abril de 2017, o movimento das perdas por imparidade de clientes, é analisado como segue:

	Saldo em Jan 2016 Euro	Dotações do período Euro	Reversões Euro	Utilizações Euro	Saldo em Abr 2017 Euro
Cientes - de cobrança duvidosa	359.787,39	-	-	-	359.787,39
	359.787,39	-	-	-	359.787,39

15. Estado e outros entes públicos

A rubrica Estado e outros entes públicos a receber e a pagar são analisadas como segue:

	Abr 2018		Abr 2017	
	A receber Euro	A pagar Euro	A receber Euro	A pagar Euro
Estado e outros entes públicos				
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	-	78.216,83	-	81.837,70
Imposto sobre o valor acrescentado	-	49.086,56	182.477,44	-
Contribuições para a Segurança Social	-	110.498,92	-	114.623,45
	-	237.802,31	182.477,44	196.461,15

16. Diferimentos

A rubrica Diferimentos ativos é analisada como segue:

	Abr 2018 Euro	Abr 2017 Euro
Diferimentos Activos		
Rendas	60.844,30	54.243,20
Seguros	78.783,34	83.751,05
Outros	16.800,81	17.054,01
	156.428,45	155.048,26

A rubrica Diferimentos passivos é analisada como segue:

	Abr 2018 Euro	Abr 2017 Euro
Diferimentos Passivos		
Rendimentos diferidos	2.454.010,00	4.286.034,34
	<u>2.454.010,00</u>	<u>4.286.034,34</u>

17. Capital realizado

O capital social de 1.100.000 euros, representado por 2.200 ações ordinárias de valor nominal de 5 euros cada, encontra-se integralmente realizado a 30 de Abril de 2018, sendo detido por :

	Abr 2018 Euro		Abr 2017 Euro
	Capital Subscrito	%	Capital Subscrito
Entidade:			
Thunderwaves,S.A.	880.000,00	80,00%	626.020,00
Empordef,SGPS	198.000,00	18,00%	424.270,00
IAPMEI, I.P.	22.000,00	2,00%	49.710,00
	<u>1.100.000,00</u>	<u>100,00%</u>	<u>1.100.000,00</u>

	Abr 2018 Euro	Abr 2017 Euro
Resultados		
Resultado líquido no período	3.599.484,10	3.798.893,35
Número de ações		
Acções detidas	<u>2.200</u>	<u>2.200</u>
Resultado por acção	<u>1.636,13</u>	<u>1.726,77</u>

No exercício findo em 30 de abril de 2018 verificou-se uma alteração na composição acionista em virtude do acionista Thunderwaves S.A., directamente detida pela Cohort,Plc, ter procedido à aquisição de 20,57% do capital detido pelo acionista Empordef,SGPS e 2,25% do acionista IAPMEI,I.P. por acordo celebrado em 24 de novembro de 2017.

18. Prémios de emissão

A 30 de Abril de 2018 existe um prémio de emissão de acções no montante de 300.000 euros.

19. Reservas Legais

Em conformidade com o artigo 295º do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com os estatutos da empresa, a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos lucros anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do capital da sociedade. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.

	Abr 2018	Abr 2017
	Euro	Euro
Reservas Legais	<u>307.210,12</u>	<u>307.210,12</u>
	<u>307.210,12</u>	<u>307.210,12</u>

20. Outras reservas

A empresa regista em Outras reservas os resultados positivos aprovados em Assembleia Geral ainda não distribuídos aos Accionistas.

Durante o período findo em 30 de abril de 2018, os movimentos em outras Reservas foram os seguintes:

	Abr 2018	Abr 2017
	Euro	Euro
Outras Reservas	<u>1.524.051,33</u>	<u>1.524.051,33</u>
	<u>1.524.051,33</u>	<u>1.524.051,33</u>

21. Resultados transitados

Durante o período findo em 30 de abril de 2018, os movimentos em Resultados Transitados foram os seguintes:

- a) Aplicação de Resultados do Período findo a 30 de Abril de 2017

O resultado líquido do período anterior no montante de 1.425.337,43 euros foi transferido para Resultados Transitados conforme aprovado na Assembleia Geral ocorrida em 27 de Junho de 2017.

Durante o período do exercício, os movimentos em Resultados Transitados foram os seguintes:

	Abr 2018	Abr 2017
	Euro	Euro
Resultados transitados	<u>5.224.230,78</u>	<u>1.425.337,43</u>
	<u>5.224.230,78</u>	<u>1.425.337,43</u>

22. Ajustamentos/outras variações no capital próprio

Não se verificaram alterações em rubricas de capital próprio que não as anteriormente descritas.

23. Provisões

O detalhe das provisões reconhecidas é apresentado como segue:

	Abr 2018	Abr 2017
	Euro	Euro
Garantias a clientes	513.472,85	536.066,52
Outras provisões	795,23	795,23
	<u>514.268,08</u>	<u>536.861,75</u>

O movimento das provisões, é analisado como segue:

	Saldo em Abr 2017	Reforços do período	Reversões	Utilizações	Saldo em Abr 2018
	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro
Garantias a clientes	536.066,52	220.205,46	(80.315,02)	(162.484,11)	513.472,85
Outras provisões	795,23	-	-	-	795,23
	<u>536.861,75</u>	<u>220.205,46</u>	<u>(80.315,02)</u>	<u>(162.484,11)</u>	<u>514.268,08</u>

O montante de provisões registadas no exercício refere-se aos gastos em que a empresa espera incorrer para fazer face a custos no âmbito de garantia a clientes relativos a contractos de fornecimento e prestação de serviços concluídos durante o ano de 2017 e que correspondem à melhor estimativa da empresa face a obrigações contractuais inerentes aos referidos contratos.

O prazo de garantia a clientes de produtos e serviços fornecidos pela empresa varia consoante o produto e contrato não sendo inferior a 6 meses nem superior a 36 meses.

24. Outras dívidas a pagar

A rubrica Outras dívidas a pagar é analisada como segue:

	Abr 2018	Abr 2017
	Euro	Euro
Outras dívidas a pagar - Correntes		
Outros Credores - Partes Relacionadas (Nota 40)	-	325.000,00
Cred. Acr. Gastos Remunerações a Liquidar	1.122.771,82	1.218.857,02
Cred. Acr. Gastos Remunerações - Pagamento em acções	16.435,19	-
Cred. Acr. Gastos FSE	6.159,47	4.546,80
Cred. Acr. Gastos Auditoria	-	15.400,00
Cred.Acr.Gastos em projectos	638.212,96	1.137.726,32
Out. Cred. Acr. Gastos - Adiantamento por conta de vendas	98.946,67	76.625,92
Out. Credores Diversos - saldos com pessoal	6.878,43	3.771,61
Out. Credores - Fornecedores de Activos	9.614,92	11.356,26
Out. Credores - Accionistas	1.186,53	1.186,53
Out. Credores Diversos	3.805,47	805,47
	<u>1.904.011,46</u>	<u>2.795.275,93</u>

25. Fornecedores

A rubrica Fornecedores é analisada como segue:

	Abr 2018	Abr 2017
	Euro	Euro
Fornecedores	1.230.366,72	805.410,14
Fornecedores - Partes relacionadas (Nota 40)	780.231,43	47.335,35
Facturas em recepção e conferência	28.330,61	23.419,88
	<u>2.038.928,76</u>	<u>876.165,37</u>

26. Adiantamentos a clientes

A rubrica Adiantamentos a clientes é analisada como segue:

	Abr 2018	Abr 2017
	Euro	Euro
Adiantamentos de clientes	5.199,97	5.341,42
	<u>5.199,97</u>	<u>5.341,42</u>

27. Vendas e Serviços Prestados

A rubrica Vendas e Prestações de Serviços é analisada como segue:

	2017	2016
	Euro	Euro
Venda de bens	20.423.453,36	26.001.469,95
Prestação de serviços	1.190.009,57	2.332.078,70
	<u>21.613.462,93</u>	<u>28.333.548,65</u>

As vendas e prestações de serviço por mercado analisam-se como segue:

Venda de bens	Abr 2018	Abr 2017
	Euro	Euro
Mercado interno	14.728.569,08	2.804.285,24
Mercado Externo	5.694.884,28	23.197.184,72
	<u>20.423.453,36</u>	<u>26.001.469,96</u>
Prestação de serviços	Abr 2018	Abr 2017
	Euro	Euro
Mercado interno	925.270,22	1.347.396,69
Mercado Externo	264.739,35	984.682,01
	<u>1.190.009,57</u>	<u>2.332.078,70</u>

28. Subsídios

A rubrica Subsídios é analisada como segue:

	Abr 2018	Abr 2017
	Euro	Euro
Subsídios à exploração		
IEFP - (Medida estágio emprego)	8.301,12	10.893,67
	<u>8.301,12</u>	<u>10.893,67</u>

O subsidio registado no exercício corresponde ao subsidio à criação de emprego e foi totalmente reconhecido nos rendimentos do exercício.

A empresa encontra-se a elaborar a candidatura ao SIFIDE (Sistema de Incentivos Fiscais à I&D Empresarial) estimando-se que o benefício fiscal a ser aprovado possa ascender a um montante máximo de cerca de 745 mil euros.

29. Variação nos inventários da produção

A rubrica de Variação nos inventários da produção é analisada como segue:

	Abr 2018	Abr 2017
	Euro	Euro
Saldo inicial	1.802.799,10	2.833.750,20
Regularização de existências	-	-
Saldo final	<u>1.482.831,25</u>	<u>1.802.799,10</u>
Variação nos inventarios da produção	<u>(319.967,85)</u>	<u>(1.030.951,10)</u>

30. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

A rubrica de custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas é analisada como segue:

	Abr 2018	Abr 2017
	Euro	Euro
Saldo inicial	1.125.867,62	1.776.843,40
Compras	8.030.777,10	7.967.020,03
Regularização de inventários	(2.490,75)	5.594,68
Saldo final	<u>1.126.643,83</u>	<u>1.125.867,62</u>
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	<u>8.027.510,14</u>	<u>8.623.590,49</u>

31. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos é analisada como segue:

	Abr 2018	Abr 2017
	Euro	Euro
Trabalhos Especializados	104.277,61	1.096.357,36
Publicidade e Propaganda	190.090,60	277.152,50
Honorários	449.800,30	354.762,29
Conservação e Reparação	32.628,47	35.745,63
Serviços Bancários	99.111,03	87.598,94
Materiais	40.663,05	45.983,97
Energia e Fluídos	193.849,84	233.134,28
Deslocações, Estadas e Transportes	284.389,71	414.817,56
Rendas e Alugueres	536.966,85	750.587,10
Comunicação	21.038,48	39.992,60
Seguros	150.398,28	190.089,39
Royalties	-	-
Contencioso e Notariado	224,21	1.021,82
Despesas Representação	12.795,95	22.240,58
Outros Serviços	398.441,00	1.082.747,23
	<u>2.514.675,38</u>	<u>4.632.231,25</u>

32. Gastos com o pessoal

A rubrica de Gastos com o pessoal é analisada como segue:

	Abr 2018	Abr 2017
	Euro	Euro
Remunerações	4.393.392,86	5.887.306,36
Prémios e gratificações	89.719,07	197.247,29
Outras remunerações	314.449,60	430.704,17
Encargos sobre remunerações	873.470,23	1.430.055,54
Seguros Acidentes de Trabalho	24.080,28	37.074,96
Seguros de Saúde	-	-
Cessação de Contrato de Trabalho	10.719,77	13.641,04
Formação	39.392,95	17.575,87
Outros Gastos com o Pessoal	59.725,83	27.119,79
	<u>5.804.950,59</u>	<u>8.040.725,02</u>

O número médio de pessoas ao serviço da empresa em 2017 foi de 140 (141 em 2016).

As remunerações do pessoal chave da Gestão durante os períodos findos em 30 de Abril de 2018 e 30 de Abril de 2017 são como segue:

	Abr 2018	Abr 2017
	Euro	Euro
Remunerações Órgãos Sociais	381.371,31	581.681,60
Benefícios pós-emprego	-	-
	<u>381.371,31</u>	<u>581.681,60</u>

A rubrica Prémios e gratificações inclui o montante de 6.256,15 euros relativos à compensação por atribuição de acções pelo Grupo a pessoal chave da gestão.

A rubrica outros gastos com pessoal inclui o montante de 16.435,19 euros relativos ao valor de direitos de opção de compra de 79.334 acções da empresa Cohort.Plc, no âmbito do plano de direitos de opções de acções do Grupo.

33. Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)

A rubrica Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões) é analisada como segue:

	Abr 2018	Abr 2017
	Euro	Euro
Imparidade de dívidas a receber		
Perdas por imparidade	-	-
Reversões de perdas por imparidade	22.258,95	-
	<u>22.258,95</u>	<u>-</u>

34. Provisões (aumentos/reduções)

A rubrica Provisões (aumentos/reduções) é analisada como segue:

	Abr 2018	Abr 2017
	Euro	Euro
Provisões para riscos e encargos		
Aumentos de provisões	(220.205,46)	(536.066,52)
Redução de provisões	242.799,13	-
	<u>22.593,67</u>	<u>(536.066,52)</u>

Os valores registados na rubrica de provisões respeitam a gastos com garantias a clientes (Nota 23).

35. Outros rendimentos

A rubrica Outros rendimentos é analisada como segue:

	Abr 2018	Abr 2017
	Euro	Euro
Rendimentos Suplementares	35.760,68	35.395,38
Excesso de estimativa p/impostos	90.123,79	90.123,79
Diferenças de câmbio favoráveis	22.550,41	39.981,94
Outros não especificados	50.565,65	10.690,01
	<u>108.876,74</u>	<u>176.191,12</u>

36. Outros gastos

A rubrica Outros gastos é analisada como segue:

	Abr 2018	Abr 2017
	Euro	Euro
Impostos	92,14	1.656,01
Diferenças de câmbio desfavoráveis	6.588,43	50.224,35
Quotizações Empresariais	6.400,00	8.400,00
Multas fiscais e não fiscais	240,00	375,00
Outros gastos	23.896,53	17.294,71
	<u>37.217,10</u>	<u>77.950,07</u>

37. Gastos/reversões de depreciação e de amortização

A rubrica Gastos/reversões de depreciação e de amortização é analisada como segue:

	Abr 2018	Abr 2017
	Euro	Euro
Ativos fixos tangíveis (Nota 7)	117.990,45	140.862,73
Ativos Intangíveis (Nota 8)	8.646,77	405.844,31
	<u>126.637,22</u>	<u>546.707,04</u>

38. Resultados financeiros

Os Juros e rendimentos similares obtidos são analisados como segue:

	Abr 2018	Abr 2017
	Euro	Euro
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros de depósitos	32,90	7.645,22
Outros juros	-	0,46
	<u>32,90</u>	<u>7.645,68</u>

Não se verificaram Juros e gastos similares suportados.

39. Compromissos

A empresa apresenta compromissos futuros com :

Locações operacionais :

	Abr 2018 Euro	Abr 2017 Euro
Pagamentos futuros:		
Menos de um ano	145.650,83	167.688,44
Entre um e cinco anos	106.494,45	184.583,26
	<u>252.145,27</u>	<u>352.271,70</u>

Outros compromissos:

	Abr 2018 Euro	Abr 2017 Euro
Pagamentos futuros:		
Menos de um ano	333.164,34	324.954,72
Entre um e cinco anos	-	-
	<u>333.164,34</u>	<u>324.954,72</u>

A rubrica outros compromissos compreende os valores de renda das instalações fabris e comerciais.

A 30 de abril de 2018 a Empresa tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas, nomeadamente para bom cumprimento de contratos e adiantamentos recebidos de clientes, no montante global de 4.310.105 euros.

40. Partes relacionadas

Os saldos com partes relacionadas em 30 de Abril de 2018 são analisados conforme segue:

	Clientes Euro	Fornecedores Euro	Créditos a receber Euro	Outros créditos a receber Euro	Outras dívidas a pagar (não corrente) Euro	Outras dívidas a pagar (corrente) Euro
Cohort, PLC	-	753.005,64	-	-	-	-
Empordef-Ti, S.A.	5.002,66	-	-	-	-	-
Edisoft, S.A.	39.494,13	-	-	-	-	-
Empordef, S.G.P.S.	-	-	393,74	-	-	-
Geral Lazarim, S.A.	5.603,60	27.225,79	-	-	-	-
	<u>50.100,39</u>	<u>780.231,43</u>	<u>393,74</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Os saldos com partes relacionadas em 30 de Abril de 2017 são analisados conforme segue:

	Clientes	Fornecedores	Créditos a receber	Outros créditos a receber	Outras dívidas a pagar (não corrente)	Outras dívidas a pagar (corrente)
	Nota Euro	Nota Euro	Nota Euro	Nota Euro	Nota Euro	Nota Euro
Cohort, PLC	-	20.255,79	-	-	-	325.000,00
Empordef-Ti, S.A.	7.776,31	-	-	-	-	-
Edisoft, S.A.	9.630,13	-	-	-	-	-
Empordef, S.G.P.S.	-	-	393,74	-	-	-
Geral Lazarim	5.603,60	27.079,56	-	-	-	-
	<u>23.010,04</u>	<u>47.335,35</u>	<u>393,74</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>325.000,00</u>

As transações efectuadas com partes relacionadas no período são analisadas conforme segue:

	Compras	Prestação de Serviços	Fornecimentos e Serviços Externos	Outros gastos	Outros rendimentos	Juros e gastos similares	Recebimento Dividendos	Pagamento Dividendos
	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro
Cohort, PLC	-	-	451.965,71	13.604,31	-	-	-	-
SEA, Ltd	-	-	27.512,34	-	-	-	-	-
Empordef Ti	-	-	-	-	32.006,06	-	-	-
Geral Lazarim, S.A.	-	-	325.978,23	-	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>805.456,28</u>	<u>13.604,31</u>	<u>32.006,06</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

As transações efectuadas com partes relacionadas no período findo em 30 de abril de 2017 são analisadas conforme segue:

	Compras	Prestação de Serviços	Fornecimentos e Serviços Externos	Outros gastos	Outros rendimentos	Juros e gastos similares	Recebimento Dividendos	Pagamento Dividendos
	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro
Cohort, PLC	-	-	345.255,79	9.760,91	-	-	-	-
SEA, Ltd	-	-	27.512,34	-	-	-	-	-
Empordef Ti	-	-	-	-	32.006,06	-	-	-
Geral Lazarim	-	-	432.883,62	-	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>805.651,75</u>	<u>9.760,91</u>	<u>32.006,06</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

41. Acontecimentos após a data de balanço

Não existiram acontecimentos após a data do balanço que necessitem de ser divulgados ou que devessem estar registados nas demonstrações financeiras.

42. Política de gestão de Riscos Financeiros

A empresa procede com regularidade a uma análise dos principais factores de risco financeiro existentes, nomeadamente o risco de crédito, risco de mercado e risco de liquidez.

Esta nota apresenta a informação relativa à exposição da Sociedade a cada um dos riscos anteriormente referidos, bem como os seus objetivos, políticas e práticas para a mensuração e gestão desses riscos, e a gestão de fundos da Sociedade em geral. Ao longo das presentes demonstrações financeiras, são apresentadas divulgações de cariz quantitativo que complementam esta informação.

O Conselho de Administração tem a responsabilidade final pela definição e controlo das políticas de gestão de risco da Sociedade. Estas políticas foram estabelecidas com o intuito de identificar e analisar os riscos que a Sociedade enfrenta, para definir limites de risco e controlos adequados e para monitorizar a evolução desses riscos e a aderência da Sociedade aos limites que se autoimpôs. As políticas e sistemas de gestão de risco são revistos regularmente para se manterem aderentes à realidade das condições dos mercados e às atividades da Sociedade.

Risco de liquidez

O risco de liquidez advém da incapacidade potencial de financiar os Ativos da Sociedade, ou de satisfazer as responsabilidades contratadas nas datas de vencimento. Esta gestão tem como objetivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às suas necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. Para avaliar a exposição global a este tipo de risco são elaborados relatórios que permitem não só identificar as ruturas pontuais de tesouraria, mas também acionar os mecanismos tendentes à sua cobertura.

A Empresa consegue financiar a sua atividade, sem a necessidade de endividamento/recorso a linhas de crédito.

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que alterações nos preços dos mercados, como sejam câmbios de moedas estrangeiras, taxas de juro ou a evolução das bolsas de valores possam afetar os resultados da Sociedade e a sua posição financeira.

A Sociedade encontra-se exposta de forma reduzida a riscos cambiais, já que as suas transacções com os seus clientes são essencialmente em Euros e USD. O objetivo da sua política de gestão de riscos de mercado passa, essencialmente, pela monitorização da evolução das taxas de câmbio. Não são utilizados instrumentos financeiros de cobertura deste risco de mercado.

Risco de crédito

O risco de crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes principalmente do incumprimento de um cliente relativamente às obrigações contratuais estabelecidas com a Sociedade no âmbito da sua atividade. Esta exposição ao risco de crédito prende-se, essencialmente, com os saldos a receber decorrentes da sua atividade operacional e é influenciado pelas características individuais de cada cliente. É efetuada uma gestão permanente das carteiras de clientes e dos saldos devedores em aberto. Esta abordagem é complementada pela introdução de melhorias contínuas tanto no plano das metodologias e ferramentas de avaliação e controlo dos riscos associados à fase de aceitação de clientes e de definição de limites de crédito, como ao nível dos procedimentos e circuitos de cobrança.

O acompanhamento do perfil de risco de crédito dos devedores da Sociedade, nomeadamente no que se refere à evolução das exposições de crédito e monitorização das perdas por incobrabilidade, é efectuado regularmente. Os ajustamentos para saldos a receber são estimados em função das

perdas estimadas na carteira, tendo por base uma análise de cada uma das posições em aberto à data da análise.

Para além dos saldos a receber de clientes, também a gestão de fundos monetários geridos pela empresa no âmbito da sua atividade de gestão de tesouraria pode expor a Sociedade ao risco de crédito. Como princípio orientador, a Sociedade procura alinhar a manutenção do excedente de tesouraria.

43. Divulgações exigidas por diplomas legais

Informação requerida pelo Artº 66-A e pelo Artº 508-F do Código das Sociedades Comerciais:

- Não existem operações não incluídas no balanço, pelo que não haverão impactos financeiros a reportar
- Proposta de aplicação de resultados: Eur 3.599.484,10 Distribuição de dividendos
- Detalhe dos honorários facturados durante o período pelo Revisor Oficial de Contas e outros Consultores:

	Abr 2018 Euro	Abr 2017 Euro
Revisão legal das contas	26.000,00	26.000,00
	<u>26.000,00</u>	<u>26.000,00</u>

Informações requeridas pelo artº 21º do Decreto-Lei nº 411/91 e pelo Decreto-Lei nº 534/80:

- A Empresa não tem contribuições em dívida à Segurança Social; e
- A Empresa não tem impostos em mora ao Estado.

Lazarim, 11 de Julho de 2017

O CONTABILISTA CERTIFICADO



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO





KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Edifício Monumental - Av. Praia da Vitória, 71 - A, 8º
1069-006 Lisboa - Portugal
+351 210 110 000 | www.kpmg.pt

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores Acionistas da
EID – Empresa de Investigação e Desenvolvimento de Electrónica, S.A.

De acordo com o disposto na alínea g) do número 1 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, cumpre-nos, na qualidade de Fiscal Único da **EID – Empresa de Investigação e Desenvolvimento de Electrónica, S.A.**, apresentar o Relatório da nossa ação fiscalizadora, bem como o parecer sobre o relatório de gestão, contas e proposta apresentado pelo Conselho de Administração da **EID – Empresa de Investigação e Desenvolvimento de Electrónica, S.A.**, relativamente ao período de dezasseis meses findo em 30 de abril de 2018.

Através de contactos estabelecidos com o Conselho de Administração, bem como de esclarecimentos e de informação recolhida junto dos serviços competentes, informámo-nos acerca da atividade da Sociedade e da gestão do negócio desenvolvida e procedemos à verificação da informação financeira produzida ao longo do período de dezasseis meses findo em 30 de abril de 2018, efetuando as análises julgadas convenientes.

Averiguámos a observância da Lei e dos Estatutos da Sociedade, procedemos à verificação da regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação de suporte, verificámos se as políticas contabilísticas adotadas pela Sociedade e as divulgações incluídas no Anexo conduzem a uma correta representação do património e dos resultados e levámos a cabo outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias.

Após o encerramento das contas apreciamos os documentos de prestação de contas, nomeadamente, o relatório de gestão, elaborado pelo Conselho de Administração, bem como as demonstrações financeiras, apresentadas que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa, e o correspondente anexo.

Procedemos ainda à emissão da respetiva Certificação Legal das Contas, com duas reservas por limitação de âmbito, uma ênfase e uma outra matéria, decorrente do exame realizado.

Do Conselho de Administração e dos serviços competentes obtivemos sempre a documentação e os esclarecimentos solicitados, o que agradecemos, concluindo que:

- a. As demonstrações financeiras permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Sociedade;
- b. As políticas contabilísticas adotadas e as divulgações efetuadas são adequadas;
- c. O relatório de gestão apresenta a evolução dos negócios e da situação da Sociedade, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.



Em resultado do trabalho desenvolvido somos de parecer que a Assembleia-Geral Anual da Sociedade aprove:

- a. O Relatório de Gestão e as Contas referentes ao período de dezasseis meses findo em 30 de abril de 2018;
- b. A proposta de aplicação de resultados contida no mencionado Relatório de Gestão.

Finalmente, não podemos deixar de salientar e agradecer a excelente colaboração recebida no desempenho das suas funções do Conselho de Administração da Sociedade e dos serviços com os quais tivemos oportunidade de contactar.

Lisboa, 13 de julho de 2018

O FISCAL ÚNICO

KPMG & Associados -
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Pedro Jorge Quental e Cruz (ROC n.º 1765)



KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Edifício Monumental - Av. Praia da Vitória, 71 - A, 8º
1069-006 Lisboa - Portugal
+351 210 110 000 | www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **EID – Empresa de Investigação e Desenvolvimento de Electrónica, S.A.** (a Entidade), que compreendem a demonstração da posição financeira em 30 de abril de 2018 (que evidencia um total de 19.584.813 euros e um total de capital próprio de 12.054.976 euros, incluindo um resultado líquido de 3.599.484 euros), a demonstração dos resultados, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **EID – Empresa de Investigação e Desenvolvimento de Electrónica, S.A.**, em 30 de abril de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião com reservas

A Entidade procedeu no período anterior ao registo de uma provisão para encargos futuros com garantias que, a 30 de abril de 2018, ascende a 513.473 euros (30 de abril de 2017: 536.067 euros). No entanto, a Entidade não detém dados históricos que permitam suportar a referida provisão, nem tem implementados procedimentos para capturar os gastos suportados e registados durante o ano com garantias relacionadas com anos anteriores. Neste sentido, não nos foi possível concluir sobre a razoabilidade do valor da provisão para garantias em 30 de abril de 2018, bem como sobre os encargos com garantias suportados e registados no ano em análise relacionado com anos anteriores.

Conforme divulgado na nota 4 do Anexo às demonstrações financeiras, a Entidade estimou que a adoção da IFRS 15 - Rédito de contratos com clientes em 1 de abril de 2018 tenha um impacto entre 1,5 milhões de euros e 2 milhões de euros no ano a findar em 30 de abril de 2019. Contudo, apesar de a Entidade ter apresentado o detalhe dos contratos celebrados com clientes que suportam a estimativa divulgada, não nos foi possível concluir sobre a plenitude da referida divulgação, nomeadamente sobre a existência de outros contratos celebrados com clientes cuja contabilização possa ser impactada pela adoção da IFRS 15.



A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfase

Conforme divulgado na nota 2.1 do Anexo às demonstrações financeiras, a Entidade alterou a data de relato do seu ano económico para 30 de abril em vez de 31 de dezembro. Deste modo, os números correspondentes com referência a 30 de abril de 2017 incluem dezasseis meses de atividade, estando a comparabilidade afetada por este facto. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Outras matérias

A reserva por limitação de âmbito, apresentada na Certificação Legal das Contas emitida a 5 de julho de 2017, relativa à não realização da reexpressão com referência a 1 de janeiro de 2015 da alteração voluntária da política contabilística de reconhecimento do rédito deixa de ser aplicável no ano findo a 30 de abril de 2018.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e,
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.



Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e,
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.



RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

13 de julho de 2018

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Pedro Quental', written over a horizontal line.

KPMG & Associados -
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Pedro Jorge Quental e Cruz (ROC n.º 1765)